

Folha n 26

Amador de Oliveira P. Neto
Presidente
FUNAC-MA

149
13855

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNAC

III - Relatório Anual Da Administração

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
VISTO
DATA 30/3/06
RUBRICA 654907

AÇÕES DA FUNAC EM 2005

FUNAC
Folha n. 27
Assessoria Jurídica de P.A. 170
Presidente
FUNAC-MA
Assessoria Jurídica de P.A. 170

Proc. 42
143
Folha 3458
MAT. 10
RUB. 10

A Fundação da Criança e do Adolescente tem por missão "garantir o cumprimento da política de atendimento à criança e adolescente com direitos ameaçados ou violados e adolescentes em conflito com lei, a partir da valorização de suas potencialidades e habilidades, tornando-os atores sociais".

As ações desenvolvidas têm como foco principal à promoção e garantir dos direitos da população infanto-juvenil, contando especialmente, com a atuação da família, a partir do entendimento de que o núcleo familiar é o espaço mais indicado para o desenvolvimento físico, psicológico e social da criança e do adolescente.

Nas Unidades de Atendimento e Programa foram atendidas **2.013** crianças e adolescentes. Desses, **744** foram vítimas das mais diversas formas de violência e **1.269** estiveram envolvidos (as) em atos infracionais. Quanto às famílias (pais e mães) desses beneficiários, **1.267** foram envolvidos (as) nas atividades sócio-educativas que visam a melhoria das relações afetivas, o fortalecimento das competências familiares a e valorização das potencialidades dos membros da família.

Ação: 2841 IMPLEMENTAÇÃO DO ECA

Finalidade: Fomentar a municipalização de ações protetivas e medidas sócio-educativas em meio aberto, visando o atendimento de crianças e adolescentes.

Meta Prevista: Capacitação de 3.660 atores sociais do sistema de garantia de direitos e voluntários, envolvidos em programa de atendimento a crianças e adolescentes, envolvidos nas atividades de assessoramento e capacitação.

Meta Alcançada: 17,97% (658 atores sociais)

A FUNAC vem desenvolvendo ações visando implantar e implementar o processo de municipalização conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. O enfoque maior passa pela sensibilização das Prefeituras Municipais em nosso Estado, quanto ao atendimento das medidas sócio-educativas em meio aberto, exigência da legislação em vigor.

Dentre as atividades desenvolvidas em 2005, destaca-se o atendimento a 36 Municípios através da capacitação de 456 atores sociais, sendo estes, gestores, técnicos, conselheiros e orientadores sociais; assim como, de 54 adolescentes atendidos nos Núcleos de Execução de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto, através da Prestação de Serviço à Comunidade e de Liberdade Assistida. As ações foram desenvolvidas nas seguintes regiões e municípios:



Regiões	Municípios
Munim e Lençóis Maranhenses	Bacabeira, Axixá, Rosário
Tocantina	Davinópolis, Gov. Edson Lobão, Senador La Roque, Ribamar Fiquene, Amarante do Maranhão, Buritirana, Montes Altos, Estreito, Lajeado Novo, Porto Franco, Campestre do Maranhão, Imperatriz.
Pré-Amazônia Maranhense	Açailândia
Cerrado Maranhense	Balsas
Metropolitana	Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar
Baixo Parnaíba	Chapadinha
Presidente Dutra	Presidente Dutra
Pindaré	Santa Inês
Cocais	Codó
Leste Maranhense	Caxias, Timon, Coelho Neto
Centro maranhense	Barra do Corda
Sertão Maranhense	São João dos Patos e Buriti Bravo
Lagos Maranhenses	Viana, São Bento e Vitória do Mearim
Baixada Maranhense	Pinheiro

PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS

ATIVIDADES REALIZADAS	ATORES ENVOLVIDOS
26 (vinte e seis) Reuniões de Trabalho junto aos atores sociais de OG's e ONG's, envolvendo os municípios de: São Luís, Buriti Bravo, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, Buritirana, Gov. Edson Lobão, Davinópolis, Senador La Roque, Amarante do MA, Barra do Corda, Chapadinha, Santa Inês, Caxias, Timon, Itapecuru, Viana, Balsas, Açailândia, presidente Dutra, São Bento, Pinheiro, Coelho Neto. Serviram para apoiar as Secretarias Municipais de Assistência Social na integração operacional dos Núcleos de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei.	403 Atores envolvidos, como Prefeitos Municipais, Secretários Municipais de Assistência Social, Conselhos de Direitos e Tutelares, Vereadores, Secretários Municipais de Educação, Saúde, Diretores e Professores de Escolas, representantes de Pastorais Sociais, Associações, Sindicatos, dentre outros.



10 Capacitações modulares de 16 horas, com coordenadores e orientadores sociais, sobre apolítica de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, com foco nos artigos 86 e 88/ECA e na resolução 005/98do CEDCA, envolvendo os municípios de Buriti Bravo, São José de Ribamar, Buritirana, Gov. Edson Lobão, Davinópolis, Senador La Roque , Amarante do MA, Caxias, Balsas, Açailândia e Coelho Neto	FJNAC Folha n 29 90 147 3455 E 133 atores sociais envolvidos como coordenadores dos Programas e candidatos a orientadores sociais voluntários. <i>[Assinatura]</i> Lupércio Sampaio Cortes Deputado Estadual de Caxias - MA - 12453
03 oficinas sobre medidas sócio-educativas em eventos promovidos pela RIEB – Rede interestadual de Educação Básica/Jornada pelos Direitos da Criança e do Adolescente – JODICA nos municípios de São João dos Patos, Timon, Cururupu.	122 atores envolvidos como conselheiros tutelares, professores, diretores de escola.

Ação: 2842 ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Finalidade: Proporcionar atendimento biopsicosocial a criança e adolescente, visando à garantia dos direitos e formação de atores sociais.

Meta Prevista: Atender 4802 crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.

Meta Alcançada: 15,5% (744 crianças e adolescentes).

NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS NAS UNIDADES / PROGRAMAS

UNIDADE/ PROGRAMAS DE PROTEÇÃO	Nº
CASA DE PASSAGEM	124
ABRIGO DOS MENINOS	89
ABRIGO DAS MENINAS	48
UNIDADE DA FONTE DO BISPO	46
UNIDADE DO BAIRRO DE FÁTIMA	17
MERCADO DE TRABALHO	91
RECICLAGEM DE PAPEL	07
PROGRAMA DE EGRESSO	28
UNIDADE DE ATENDIMENTO A FAMÍLIA	294
TOTAL	744

CASA DE PASSAGEM

Na Unidade, o trabalho foi norteado observando-se os objetivos propostos no plano de ação da Unidade e também em cumprimento ao ECA, visando sobretudo o atendimento às necessidades básicas das crianças e adolescentes cujos direitos foram de alguma forma violados.



O atendimento orientou-se a 124 crianças e adolescentes. A chegada dessas crianças à Unidade é marcada pela utilização de mecanismos e estratégias de trabalho, de modo a proporcionar o equilíbrio emocional normalmente abalado com o impacto da chegada. De acordo com a percepção da equipe, fez-se necessário o encorajamento, apoio, acolhimento e estimulação da auto estima, uma vez que foram comuns as reações de medo, insegurança, e em alguns, a apatia.

Além das atividades de orientação e aconselhamento em caráter grupal e individual e visitas domiciliares, as estratégias de trabalho se basearam no desenvolvimento de atividades pedagógicas, alfabetização e reforço escolar, arte e cultura, religiosas, recreação, lazer e esporte que compõem o quadro das atividades sócio-educativas.

Os avanços alcançados em 2005: aprendizado de hábitos de higiene, aquisição de conhecimentos gerais e alfabetização, além de algumas crianças vivenciar experiências prazerosas, jamais vivenciadas no seu ambiente de origem.

ABRIGO DOS MENINOS

Durante o ano de 2005, passaram pela Unidade 81 crianças e adolescentes, destes a maioria recebeu atendimento social, psicológico e pedagógico, sendo que quase todos participaram de atividades realizadas em grupo, incluindo palestras, reflexões religiosas, passeios, jogos, torneios, dinâmicas, gincanas, leitura de textos sobre aspectos culturais e históricos, confecção de cartazes em datas marcantes para ornamentação da Unidade em festas comemorativas, bem como a participação dos adolescentes abrigados e famílias no Encontro de Famílias proporcionado na Unidade da UNAF.

Os técnicos realizaram oficinas de sensibilização nas comunidades sobre "abuso e exploração sexual" e na Escola de Pais sobre "Direitos e deveres do adolescente e gestão em família" e sobre a "importância da comunidade entre pais e filhos". Foram providenciados acompanhamento ambulatorial, consultas e exames as crianças e adolescentes abrigadas. Quanto à questão da educação, foram ministrados aulas de matemática, português e trabalhos individuais de acordo com interesse de cada um, como exemplos, aprender a escrever e fazer contas.

ABRIGO DAS MENINAS

Foram planejadas para 2005, ações de enfrentamento a situação de violência física e sexual, atendimento à saúde, à educação, as necessidades de esporte, lazer e recreação, assistência religiosa, fortalecimento da cidadania, estímulos ao protagonismo juvenil, orientação e acompanhamento psicossocial às famílias, reintegração familiar, implantação do trabalho social com as famílias e capacitação da equipe interdisciplinar.

Os resultados dessas ações foram positivos quando da articulação com órgãos e instituições afins que possibilitaram o melhor atendimento dos direitos das adolescentes; articulação a contento com a Promotoria de Justiça da 1ª Vara pra agilização no andamento dos casos das adolescentes atendidas; 70% do retorno familiar, com permanência da adolescente por período superior a seis meses; participação de 100% das adolescentes abrigadas nas atividades pedagógicas, manuais e de rotina desenvolvida e participação de crianças e adolescentes da comunidade do Alto da Esperança em atividades promovidas pelo Abrigo.

FONTE DO BISPO

Na Unidade de Profissionalização e Produção da Fonte Bispo são atendidos adolescentes de ambos os gêneros, que seja a nível individual quanto grupal e em especial atenção às famílias dos mesmos. O destaque do Programa de Serviço Civil-Voluntário, foi o

CONTROLADORIA GERAL DO
VISTO
DATA: 30.13.06
RUB.: EM

monitoramento de 200 adolescentes que participaram do programa passando por todas as etapas de capacitação, na parceria estabelecida entre Funac e Sest/Senat.

Ao lado desta atividade os adolescentes/jovens foram encaminhados ao SINE com vistas ao cadastramento nas áreas estabelecidas pela Instituição e exigências do empresariado; cinco adolescentes em curso de eletricitista residencial, 12 mães em curso de bordado em ponto de cruz e 8 no curso de manicure e pedicure.

A unificação dos programas de colocação do adolescente no Trabalho Educativo e Programa de Atendimento a Egressos, com o propósito de uma coordenação administrativa e apoio técnico no atendimento mais ágil aos adolescentes participantes dos referidos programas, foi o destaque na unidade.

Foi realizada uma reunião para contato com as famílias dos jovens que estão nas instituições; um levantamento de todos os adolescentes não treinados e treinados, com o propósito de trabalhar com as oficinas temáticas de habilidades básicas para que os mesmos fiquem preparados para o exercício de suas atividades como bolsistas.

✓ RECICLAGEM DE PAPEL

O ano de 2005, foi de grandes dificuldades visto as mudanças ocorridas na gestão da fundação e conseqüente plano de reestruturação verificada no âmbito do governo estadual. A carência de um veículo próprio prejudicou sensivelmente as ações planejadas para o ano em curso. Reduzimos as coletas e isto acarretou em um grande período de ociosidades dentro da unidade causando uma queda na frequência dos bolsistas. No entanto, existe uma grande possibilidade de que se possa retomar as atividades previstas, tendo como fator fundamental a vinda permanente de um veículo que possa atender as necessidades de coleta diária de papel junto à comunidade e aos órgãos parceiros que já se colocaram a disposição para efetuar a doação voluntária do papel que é a matéria prima da nossa subsistência.

✓ PROGRAMA DE ATENDIMENTO A EGRESSOS

Em 2005, o PAEG imbuíu esforços no intuito de atender as exigências de proposta de trabalho e, principalmente, promover a reinserção social, a autonomia e a garantia de direitos.

Todas as atividades realizadas visaram o atendimento social, a orientação pedagógica, o encaminhamento de egressos e serviços sociais básicos e a serviços de geração de emprego e renda, como também o acompanhamento dos mesmos em suas atividades.

A inserção e permanência na escola, constituiu-se como grande desafio. Outro desafio foi à garantia de articulação com o egresso. Essa articulação se concretizou, principalmente, por telefone, uma vez que a visita domiciliar foi bastante precária dada a falta constante de transporte.

Mesmo tendo havido a oferta de cursos profissionalizantes aos egressos, considera-se que essa oferta ainda é baixa, considerando que o PAEG constitui-se alvo de expectativas em relação a cursos profissionalizantes e empregos.

Outras atividades, como solicitação de auxílio a moradia, junto à coordenação de MSE e de assistência jurídica, junto a Defensoria Pública, foram realizadas com o objetivo de viabilizar aos egressos a garantia de direitos e exercício da cidadania.

✓ UNIDADE DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA

A UNAF, vem trabalhando as relações interpessoais das famílias atendidas no âmbito familiar e comunitário orientando os direitos sociais como: a vida, saúde, educação, liberdade, respeito, dignidade e convivência social.



Objetivo	Responsabilidade	Sub-projeto	Atividades	Cronograma Trimestral			
				1º	2º	3º	4º
			Levantamento de cursos profissionais	X	X		
			Contratação de serviços das agências de qualificação profissional		X	X	
			Acompanhamento da inserção dos pais/mães qualificados			X	X
			Oficinas Culturais	X	X	X	
			Levantamento de agenda cultural	X	X		
			Avaliação	X	X	X	X

Tema: Cidadania do Adolescente

Objetivo	Responsabilidade	Sub-projeto	Atividades	Cronograma Trimestral			
				1º	2º	3º	4º
7	FUMCAS	Circo Escola - Recriando a Vida	Formação de recursos humanos	X	X	X	X
			Seleção e inserção das crianças e adolescentes	X	X	X	X
			Inserção das famílias no Programa Bolsa Familiar para Educação	X	X	X	X
			Realização das atividades básicas com crianças e adolescentes: oficina de percussão, dança, bordado de indumentárias, artes circenses, capoeira, educação ambiental e cidadania, recreação e esporte	X	X	X	X

8. Projetos na Linha de Estudos e Pesquisas

8.1 Metodologia

- Projeto "Sistematização da Experiência da Rede Amiga da Criança"

O exercício de sistematização da rede Amiga da Criança só pode ser efetivado porque ela se constitui uma experiência concreta, que intervém na realidade para alterá-la.

Experiências como a Rede Amiga da Criança são compreendidas como processos particulares, que fazem parte de uma prática social e histórica mais ampla, complexa, dinâmica e contraditória.

O trabalho de sistematização de experiências tem origem na educação popular, principalmente nos conhecimentos produzidos sobre ela, de forma especial através da concepção metodológica dialética. Tem fundamento na unidade teoria-prática. Esta unidade diz respeito a três momentos interdependentes e complementares: o ponto de partida, da prática real; a reflexão e teorização sobre a prática; e o retorno à realidade, para construir uma nova prática, mais significativa e coerente.

Neste sentido, a metodologia orientadora das ações deste projeto está pautada em uma maneira de conceber a realidade, de aproximar-se dela para conhecê-la e de atuar sobre ela para transformá-la. Isto porque a prática é fundamento e finalidade dos processos de conhecimento. Ao mesmo tempo, a reflexão e a teorização, devem orientar a reconstrução das experiências concretas. Nesta dinâmica, prática e teoria, são distintas, porém interdependentes e complementares. E isto permite a construção processual e coletiva dos conhecimentos e as constantes alterações na realidade.

A sistematização da experiência da rede Amiga da Criança deve ser realizada de forma coletiva, com participação de todas as organizações integrantes, mesmo que de forma diferenciada, porém pedagógica, contributiva e democrática.

Os momentos de participação mais ampla serão os Seminários de Sistematização e as Reuniões de trabalho, onde serão definidos os elementos mais importantes para a sistematização. As reuniões com o Grupo de Sistematização da Rede Amiga da Criança tratarão de questões de encaminhamentos, de sugestão e de proposição, considerando as definições dos Seminários e coordenando o trabalho.

O primeiro Seminário de Sistematização da rede Amiga da Criança será fundamental para desencadear todo o processo da sistematização, porque tratará: da unificação das concepções de sistematização; da caracterização da experiência da Rede Amiga da Criança como uma primeira aproximação; da definição do foco, ou seja, do objeto, dos objetivos e do eixo da sistematização; da definição dos momentos mais significativos da experiência e dos principais problemas e contradições; etc.

A partir destas definições serão realizadas as atividades de investigação da prática, através da pesquisa de documentos, entrevistas e observação direta. As

informações serão analisadas e organizadas em relatórios parciais não conclusivos. Nas reuniões de trabalho com a Rede Amiga da Criança e no segundo Seminário de Sistematização os relatórios serão socializados, discutidos e aprofundados, podendo inclusive indicar sugestões, supressões e acréscimos.

Neste processo, a busca de novas informações e aprofundamentos das análises será constante. Porém, o objeto, objetivos, eixos e questões problematizadoras serão a linha lógica que orientará todo o trabalho de sistematização.

Ao longo do processo de discussão e reflexão sobre a prática serão identificados conceitos que normalmente orientam as ações da rede Amiga da Criança. A intenção é aprofundá-lo de forma coletiva, compreendendo a interpretação dos atores envolvidos, visando estruturar um marco conceitual, para contribuir com a orientação e resignificação das ações da Rede Amiga da Criança.

Desta forma, a Rede Amiga da Criança poderá ampliar no conjunto da sua estrutura, e de forma particular, em cada organização integrante, a construção da concepção de trabalho em rede, fortalecendo a singularidade da identidade coletiva da rede Amiga da Criança.

**- Projeto " Sistematização de Dados das Famílias Participantes
do Programa de erradicação do trabalho Infantil - PETI "**

O processo de sistematização dos dados cadastrais das famílias do PETI será coordenado pelo CEPP - Centro de Estudos Políticos-Pedagógicos, que contará com a participação de quatro pesquisadores desta instituição. Para análise quantitativa dos dados será selecionado um técnico em estatística.

Serão realizadas reuniões duas vezes na semana durante seis meses para leitura, discussão, tabulação e análise dos dados, além de estudos a respeito da exploração do trabalho infantil.

Para o processo de tabulação dos dados será necessária a definição de categorias a partir de uma primeira leitura geral de todos os cadastro. Após a tabulação de todos os dados, estes serão sistematizados a partir das categorias estabelecidas. A sistematização incluirá cálculos estatísticos, organizados em forma de tabelas, quadros e gráficos que permitam a leitura clara e simples dos dados.

No processo de análise das informações obtidas a partir da sistematização dos dados deve-se considerar dados gerais do Brasil e Maranhão, bem como pesquisas de estudiosos nas áreas. O resultado de todo esse processo será divulgado em um relatório.

9. Orçamento/Cronograma de Desembolso

9.1 Subprojeto " Amadurecendo Idéias e Ampliando Conhecimento

Orçamento / Cronograma de Desembolso - UNICEF													
ATIVIDADE	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
Capacitação dos Trabalhadores do PETI													0
Assessoria 28,00x8h/a x2m			224,00			224,00							448,00
NSS 20% de 224,00 x2m			44,80			44,80							89,60
Alimentação 6,00x70p x2m			420,00			420,00							840,00
Locação de espaço 100,00x2m			100,00			100,00							200,00
Estratégia de gestão													0
Assessoria 28,00x8h/ax2m	224,00								224,00				448,00
NSS 20% de 224,00x2m	44,80								44,80				89,60
Alimentação 6,00x70p x2m	420,00								420,00				840,00
Locação espaço 100,00x2m	100,00								100,00				200,00
Seminário Valor dos alimentos													0
Assessoria 28,00x8h/a x2m			224,00						224,00				448,00
NSS 20% de R\$ 224,00 xm			44,80						44,80				89,60
Alimentação 6,00x50p x2m			300,00						300,00				600,00
Planejamento													0
Assessoria 28,00x8h/a x2m		224,00						224,00					448,00
NSS 20% de R\$ 224,00x2m		44,80						44,80					89,60
Locação de espaço 100,00x2m		100,00						100,00					200,00
Encontro Arte-Educação													0
Assessoria 28,00x8h/a x2m		224,00					224,00						448,00
NSS 20% de 224,00 x2m		44,80					44,80						89,60
Locação de espaço 100,00x2m		100,00					100,00						200,00
Esporte e Recreação													0
Assessoria 28,00x16h/a		448,00											448,00
INSS 20% de 448,00		89,60											89,60
Alimentação 6,00x140p		840,00											840,00
Locação de espaço 100,00x2		200,00											200,00
Transversalidade													0
Assessoria 28,00x8h/a x 2m			224,00				224,00						448,00
INSS 20% de 224,00 x2m			44,80				44,80						89,60
Assessoria 28,00x8h/a x2m					224,00							224,00	448,00
INSS 20% de 224,00 x2m					44,80							44,80	89,60
Alimentação 6,00x70p x2m					420,00							420,00	840,00
Locação de espaço 100,00x2m					100,00							100,00	200,00

Orçamento / Cronograma de Desembolso - UNICEF												
ATIVIDADE	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	TOTAL
Oficina de Matemática												0
Assessoria 28,00x8h/a x2m	224,00				224,00							448,00
NSS 20% de 224,00 x2m	44,80				44,80							89,60
Locação de espaço 100,00x2m	100,00				100,00							200,00
Oficina de Linguagem												0
Assessoria 28,00x8h/a x2m	224,00				224,00							448,00
NSS 20% de 224,00 x2m	44,80				44,80							89,60
Alimentação 6,00x70p x2m	420,00				420,00							840,00
Oficina de Artes Plástica												0
Assessoria 28,00x10h/a					280,00							280,00
NSS 20% de 280,00					56,00							56,00
Oficina de Artes Ciências												0
Assessoria 28,00x10h/a					280,00							280,00
NSS 20% de 280,00					56,00							56,00
Locação de espaço 100,00x1					100,00							100,00
Oficina de Música												0
Assessoria 28,00x10h/a					280,00							280,00
NSS 20% de 280,00					56,00							56,00
Alimentação 6,00x75p					450,00							450,00
Viagens de Intercâmbio												0
Passagem 933,00x2p	1.866,00											1.866,00
Capacitação da comissão:												0
Assessoria 28,00x8h/a x2m		224,00								224,00		448,00
NSS 20% 224,00 x2m		44,80								44,80		89,60
Alimentação 8,00x45p x2m		360,00								360,00		720,00
Material didático 2,00x45 x2m		90,00								90,00		180,00
Reprodução xerográfica 0,10x1000 x2m		100,00								100,00		200,00
Locação de espaço 100,00x2m		100,00								100,00		200,00
Divulgação e sistematização												0
Serviços gráficos 0,50x35,00 x2m			17,50								17,50	35,00
Papel A4 9,48x5/2m			23,70								23,70	47,40
Cartucho 40,00x2m			40,00								40,00	80,00
Capacitação das famílias												0
- Encontro Famílias por pólo												0
Assessoria 228h/a/ano x10,00/12m	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	190,00	2.280,00
INSS 20% de 2.280,00/12m	38,00	38,00	38,00	38,00	38,00	38,00	38,00	38,00	38,00	38,00	38,00	456,00
Caixa de som 1x898,80	898,80											898,80
Microfone sem fio 100,00x2unid.	200,00											200,00
Lanche 2,00x100p e 2,00x50px2m	200,00											200,00
Material didático 1,00x100p x2m	100,00											200,00

Orçamento / Cronograma de Desembolso - UNICEF													
ATIVIDADE	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
Oficinas Lúdidade/ stress													0
Assessoria 40h/ax20,00/4m			200,00		200,00			200,00		200,00			800,00
INSS 20% de 800,00/4m			40,00		40,00			40,00		40,00			160,00
Lanche 2,00x50px2m e 2,00x25px2m			100,00		100,00			50,00		50,00			300,00
Material didático 1,00x240p			60,00		60,00			60,00		60,00			240,00
Serviços fotográfico 5,00x10x4m			50,00		50,00			50,00		50,00			200,00
Oficinas Psicojurídica													0
Assessoria 40h/ax20,00/4m			200,00		200,00			200,00		200,00			800,00
INSS 20% de 800,00/4m			40,00		40,00			40,00		40,00			160,00
Lanche			150,00		150,00			150,00		150,00			600,00
Material didático 1,00x100p x2m			100,00					100,00					200,00
Serviços fotográficos 5,00x10 x4m			50,00		50,00			50,00		50,00			200,00
Curso alimentação alternativa													0
Assessoria 80hx20,00/3m			533,33		533,34								1.600,00
INSS 20% de 1.600,00/3m			106,67		106,66								320,00
Lanche 2,00x50p x3m			100,00		100,00								300,00
Oficinas História de vida													0
Assessoria 40h/ax20,00/5m		160,00		160,00		160,00		160,00		160,00			800,00
INSS 20% de 800,00/5m		32,00		32,00		32,00		32,00		32,00			160,00
Lanche 2,00 x 75p x 5m		150,00		150,00		150,00		150,00		150,00			750,00
Material didático 1,00x100p x3m		100,00		100,00		100,00		100,00		100,00			300,00
Serviços fotográficos 5,00x10ft x5m		50,00		50,00		50,00		50,00		50,00			250,00
Oficina Higiene habilidade													0
Assessoria 40h/ax20,00/5m	160,00	160,00		160,00		160,00	160,00						800,00
INSS 20% de 800,00/5m	32,00	32,00		32,00		32,00	32,00						160,00
Lanche 2,00x50p x5m	100,00	100,00		100,00		100,00	100,00						500,00
Material didático 1,00x100p x3m	100,00	100,00		100,00		100,00	100,00						300,00
Serviços fotográficos 5,00x10 x5m	50,00	50,00		50,00		50,00	50,00						250,00
Oficina Melhorando meu fazer no trabalho													0
Assessoria 40h/ax20,00/5m		160,00		160,00		160,00		160,00	160,00				800,00
INSS 20% de 800,00/5m		32,00		32,00		32,00		32,00	32,00				160,00
Lanche 2,00x75p x5m		150,00		150,00		150,00		150,00	150,00				750,00
Material didático 1,00x100p x3m		100,00		100,00		100,00		100,00	100,00				300,00
Serviços fotográficos 5,00x10 x3m		50,00		50,00		50,00		50,00	100,00				100,00
Tarde sócio-cultural													0
Assessoria 28,00x32h/a									896,00				896,00
INSS 20% de 896,20									179,20				179,20
Lanche 2,00x250p									500,00				500,00
Material didático 1,00x100p									100,00				100,00

Orçamento / Cronograma de Desembolso - UNICEF													
ATIVIDADE	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
Oficinas/ alimentos nutritivos	133,33		133,33	133,33		133,33		133,33				133,35	800,00
Assessoria 40h/ax20 00/6m	26,67		26,67	26,67		26,67		26,67				26,65	160,00
INSS 20% de 800 00/6m	50,00		50,00	50,00		100,00		60,00					310,00
Lanche 2 00x25p x3m; 2 00x50p e 2 00x30p	60,00		60,00	60,00		60,00		60,00				60,00	360,00
Material didático 1 00x360p/6m													
Total Mensal	6.051,20	4.788,00	3.935,60	2.664,00	5.262,40	2.612,80	1.307,60	2.650,80	3.702,80	1.560,00	1.146,80	1.318,00	37.000,00
Total por trimestre		14.774,80			10.539,20			7.861,20			4.024,80		37.000,00

Orçamento / Cronograma de Desembolso - Parcela (Contrapartida)													
ATIVIDADES	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
Alimentação	2.632,00	2.632,00	2.632,00		2.632,00		2.632,00					2.632,00	13.160,00
Material de expediente	740,00		740,00		740,00	740,00	740,00						3.700,00
Serviços xerográficos			500,00		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00			3.000,00
Combustível							636,00	636,00	636,00				1.908,00
Serviços fotográficos		183,32	183,34	183,34									550,00
Divulgação e sistematização					300,00			600,00		100,00			1.000,00
Total Mensal	740,00	2.815,32	4.055,34	183,34	3.872,00	1.540,00	4.008,00	1.736,00	1.136,00	600,00	0	2.632,00	23.318,00
Total por Trimestre		7.610,66			5.595,34			6.880,00		3.232,00			23.318,00

9.6 Subprojeto "Dançando com as Famílias"

Orçamento / Cronograma de Desembolso - UNICEF													
ATIVIDADE	MES 1	MES 2	MES 3	MES 4	MES 5	MES 6	MES 7	MES 8	MES 9	MES 10	MES 11	MES 12	TOTAL
- Encontro de sensibilização: Transporte urbano: 100x1,20 Lanche 50,00x3 Alimentação: 60x6,00 Material para oficina	120,00 150,00 360,00 200,00												0 120,00 150,00 360,00 200,00
- Atendimento psicoterápico Transporte urbano 1.375val x 1,20 Material de apoio	1.650,00	80,00											0 1.650,00 80,00
- Seminário sobre Profissão X Mercado de Trabalho Transporte urbano 100x1,20 Facilitador 12,50x8h/a Material didático	120,00	100,00	100,00										0 120,00 100,00 100,00
- Cursos Profissionalizantes Inscrição 50x40,00/4m Transporte urbano 200x1,20	240,00			500,00	500,00	500,00	500,00						0 2.000,00 240,00
- Oficina sobre Identidade Cultural Oficineiro 3x15,00/mx8d Material para Oficina 50x3ofic. Transporte urbano 50p x 1,20x2d	120,00		120,00 50,00	100,00	120,00			120,00					0 360,00 150,00 120,00
- Atividades Culturais Ingressos 50x5,00		50,00			50,00		50,00		50,00		50,00		0 250,00 0
- Formação de Grupos Artísticos/Culturais Instrutor 250,00x8m/8m Material de Apoio			1.000,00		250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	2.000,00 1.000,00
- Coordenador do Projeto 600,00x10m		600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00		6.000,00
Total Mensal	2.960,00	830,00	1.870,00	1.200,00	1.520,00	1.350,00	1.400,00	970,00	900,00	850,00	900,00	250,00	15.000,00
Total por Trimestral		5.660,00			4.070,00		3.270,00				2.000,00		15.000,00

Orçamento / Cronograma de Desembolso – Parceiro (Contrapartida)													
ATIVIDADES	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
Técnicos	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	14.400,00
Total Mensal	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	14.400,00
Total por Trimestre	3.600,00				3.600,00			3.600,00			3.600,00		14.400,00

9. Dificuldades para a erradicação do fenômeno de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís

O panorama institucional e social apresenta inúmeras ameaças aos direitos humanos e à consolidação da democracia. A despeito dos avanços na legislação e nos processos de fiscalização, denúncia e apuração de irregularidades, ainda é gritante o grau de impunidade dos violadores dos direitos, sejam eles agentes econômicos ou políticos.

A principal repercussão da impunidade se dá na distribuição de renda. A sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, a anistia aos grandes devedores do sistema financeiro estatal, entre outros fatores, tem incidência direta na apropriação de recursos públicos pelos grandes grupos econômicos.

A política macro-econômica adotada no Brasil na última década, baseada no controle da inflação através da alta taxa de juros, no estímulo à exportação em detrimento do mercado interno, e na obtenção de superávits primários com cortes cada vez mais profundos nos gastos sociais, é um fator que contribui para a concentração de renda. Uma consequência dessa política é a restrição do mercado de trabalho, eliminação ou precarização de postos de trabalho, com forte desemprego, não permitindo à maioria das famílias pobres ter as condições para cuidar de seus filhos.

Também a estrutura fundiária tem forte repercussão nos indicadores sociais, na medida em que o latifúndio, o agro-negócio e os grandes projetos forçam a migração da população rural para os centros urbanos sem nenhuma perspectiva de inserção social e econômica, contribuindo assim para a formação de bolsões de pobreza nas periferias das cidades. Este fenômeno é evidente em São Luís.

No plano cultural, persiste uma cultura silenciosa face às violações dos direitos de crianças e adolescentes, principalmente em relação ao trabalho infantil e à violência doméstica e sexual.

Os avanços obtidos nas políticas públicas, do ponto de vista formal, esbarram na questão orçamentária, considerando a falta de prioridade dos governos municipais, estadual e federal para a destinação de recursos para a área da infância e adolescência. Também é incipiente o reordenamento institucional dos órgãos públicos ao que prevê o ECA.

Ainda persiste o clientelismo e o assistencialismo em diversos níveis e espaços governamentais. Assistimos recentemente a uma enxurrada de denúncias de fraudes nos programas de transferência de renda, como o PETI, Bolsa-Escola, Fome-Zero e mais recentemente no Bolsa-Família.

As denúncias de corrupção e desvio de recursos públicos, como o caso de Rondônia, de Aparecida de Goiás e nos Correios, se por um lado mostram o avanço da cidadania, por outro sinalizam para um traço estrutural do jogo político no Brasil.

No plano das organizações sociais, tem-se uma redução crescente no apoio internacional aos projetos sociais, principalmente no financiamento das equipes técnicas das organizações. Esse fato tem levado muitas organizações a buscarem parcerias com o Estado, colocando-se inclusive na condição de gerentes ou executoras de políticas públicas. Isso tem um agravante que é a crescente desresponsabilização do Estado com as políticas sociais, dentro do discurso neoliberal.

Outros fatores importantes são a fragmentação e superposição de iniciativas entre as organizações, além da dificuldade para a realização de ações integradas. A maioria dos movimentos sociais, a exemplo dos sindicatos e associações, ainda não incorporou o enfrentamento à violação dos direitos das crianças e adolescentes como uma de suas prioridades.

Finalmente, é preciso considerar os aspectos inerentes às especificidades da situação de rua e dos programas de atendimento. A maioria dos programas de atendimento adotam critérios excludentes, como a escolaridade e a idade. Os programas de transferência de renda, como o PETI, não têm assegurado a regularidade no pagamento das bolsas, o que acaba por estimular o

retorno ou permanência das crianças e adolescentes nas ruas. O ambiente das ruas é cada vez mais ocupado pelo narcotráfico, que utiliza como estratégia o aliciamento de CASR para os seus negócios.

10. Os fatores que favorecem a intervenção junto às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís

Nestas últimas duas décadas, percebe-se um grande avanço na consolidação do reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito pleno de direitos, tanto na esfera pública quanto na sociedade civil.

No plano institucional, temos muitos avanços na legislação federal, que estabeleceu novos parâmetros para a garantia dos direitos infanto-juvenis, como o ECA, a LDB⁵⁹, o SUS⁶⁰ e a LOAS⁶¹. A descentralização administrativa, com a municipalização da execução das políticas sociais, e a criação de diversos mecanismos de controle social, a exemplo dos conselhos dos direitos das crianças e adolescentes, da saúde, da merenda escolar, do Fundef, da assistência social, dos idosos, dos portadores de deficiências, etc. aproximam o serviço público da população.

Nas políticas públicas, diversos programas e projetos foram estruturados nos três níveis de governo, visando ao atendimento às demandas das crianças e adolescentes e suas famílias: o Fundef, o Programa Saúde da Família, as Campanhas de Imunização, o Programa de Saúde Bucal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Programa Bolsa-Escola, o Programa Primeiro Emprego e a Economia Popular Solidária. O anexo 1 traz uma síntese dos programas governamentais que estão sendo executados atualmente em São Luís direcionados para crianças e adolescentes e suas famílias.

A mobilização social pela afirmação da cidadania, concebida como o direito a ter direitos, tem impactado na adoção de medidas concretas pelos governos nos três níveis e também tem assumido um caráter de fiscalização permanente, provocando uma alteração na cultura política do clientelismo e da corrupção. O *impeachment* do Presidente Collor de Mello, a cassação de inúmeros deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores, são sinais positivos dessa vigilância exercida pela sociedade em relação ao Estado.

No Maranhão, destacam-se a cassação e prisão de dois deputados estaduais envolvidos com o crime organizado, e em São Luís, a cassação e prisão de um vereador envolvido com exploração sexual de crianças e adolescentes.

Os conselhos em geral, e os dos direitos da criança e do adolescente e tutelares em particular, assumem um papel destacado na sustentação política da articulação entre a sociedade civil e o poder público no desenho de um novo tipo de políticas públicas. Passa-se a considerar que as políticas públicas têm um caráter não-estatal, sem eximir o Estado de sua responsabilidade com a implementação das políticas. O anexo 2 traz uma síntese de diversos programas não governamentais, como iniciativas da sociedade civil ou ações de responsabilidade social de empresas, que contribuem para o atendimento às necessidades sociais de crianças e adolescentes em São Luís.

A emergência de vários espaços interinstitucionais, tanto no âmbito da sociedade civil, como os fóruns DCA e de Direitos Humanos, quanto na relação com o poder público, como é o caso dos fóruns pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, contribuem para articular iniciativas e otimizar a aplicação de recursos. O anexo 3 relaciona várias articulações que funcionam atualmente em São Luís e no Maranhão.

⁵⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

⁶⁰ Sistema Único de Saúde.

⁶¹ Lei Orgânica da Assistência Social.

É importante também citar iniciativas setoriais de grande relevância, como a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário, através das Promotorias e Juizados da Infância e Juventude. No caso do Ministério Público Estadual é de grande relevância a atuação do Centro de Apoio Operacional. Também ganha destaque a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente – a DPCA.

A temática dos direitos das crianças e adolescentes vem sendo assumida também como linha de extensão e de pesquisa em muitas universidades públicas e privadas. Ganha destaque o fato de o atual reitor da Universidade Federal do Maranhão, Sr. Fernando Ramos, ter sido presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o responsável pela implantação do Programa de Saúde do Adolescente, no âmbito estadual.

Uma oportunidade que se abre para o atendimento aos adolescentes que estão saído dos programas é a sua inserção no Programa Nacional do Primeiro Emprego – PNPE. Este Programa do governo federal desenvolve várias linhas de atuação voltadas para os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. A Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão registra que 28 jovens e 1 adolescente foram contratados por empresas adesas ao Programa e que 152 adolescentes estão nas empresas na condição de aprendizes.

Outra linha de ação do PNPE é o Consórcio Social da Juventude, coordenado pelas organizações da Sociedade Civil⁶². O Consórcio foi implantado no mês de julho/2005, com a previsão de qualificar profissionalmente 2.150 jovens na faixa etária de 16 a 24 anos e intermediar o seu ingresso no mundo do trabalho. O Consórcio buscou uma parceria com a Rede Amiga da Criança no sentido de incluir adolescentes em situação de rua nos cursos de qualificação profissional que serão oferecidos.

11. Desafios e perspectivas frente ao fenômeno de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís

Iniciamos este tópico com a seguinte reflexão: “De que valeria viabilizar a convivência dos meninos com suas famílias, se o modelo social e político vigente - construído sobre os alicerces sócio-econômicos marginalizantes - não oferece retaguardas para sair desta situação inicial que engendrou a atual condição? Como oferecer a possibilidade de reconstrução dos vínculos familiares se o que os remete à rua é justamente a falta de uma estrutura continente?”⁶³

A situação de rua é um fenômeno mundial e de longa data. É histórico e situacional e tem forte articulação com o contexto sócio-econômico e cultural. Abordá-la implica em provocar mudanças de opinião e de postura. A trajetória do movimento em defesa dos direitos das crianças e adolescentes em São Luís é coerente com esse propósito.

A atuação dos movimentos em defesa dos direitos infanto-juvenis e dos gestores e profissionais dos programas de atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias depara-se com vários desafios.

A persistência da situação de rua em São Luís demonstra que os desafios para sua superação estão para além das políticas de atendimento direto às pessoas que se encontram envolvidas nessa situação. Os fatores relacionados neste texto demonstram que é preciso investir nas mudanças estruturais no plano econômico e político.

Considerando a política macro-econômica em curso no Brasil, coloca-se para as organizações locais, governamentais e não-governamentais, o desafio de investir na geração de emprego e renda a partir das vocações locais e na perspectiva da economia popular solidária. Diversas iniciativas exitosas no plano nacional e local mostram que ser viável o investimento no

⁶² A entidade âncora é o Centro de Cultura Negra do Maranhão, que participa da Rede Amiga da Criança desde a fundação.

⁶³ Maria Inês Gandolfo Conceição & Maria Fátima Olivier Sudbrack. Estudo Sociométrico de uma Instituição Alternativa para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Construindo uma Proposta Pedagógica.

desenvolvimento comunitário. Organizações como o GACC/MA⁶⁴, que integra a Rede Amiga da Criança, a Cáritas, o CEPC⁶⁵, o Instituto do Homem e outras que atuam em São Luís, têm uma experiência significativa nessa área.

Os indicadores sociais apontam para a incidência de um fenômeno de graves repercussões para o desenvolvimento das adolescentes – e dos adolescentes, e de suas famílias atuais e futuras: a gravidez precoce. Este não é um fenômeno silencioso. Cada caso concreto desencadeia a emergência de preconceitos, intolerâncias, decepções e desencontros. Não temos estudos direcionados a essa área, porém esta situação tem efeitos em diversos domínios: educacional, sanitário, econômico e cultural. Embora o número de crianças e adolescentes em situação de rua seja predominantemente masculino, há muitos relatos que associam a desestruturação familiar e a pobreza à baixa escolaridade e qualificação profissional e o consequente desemprego das mulheres à gravidez precoce.

A drogadição, em sua dupla dimensão de consumo e tráfico, está cada vez mais presente no universo das crianças e adolescentes. As pesquisas mostram sua alta incidência na situação de rua e os dados oficiais mostram que ainda é muito tímida a atuação governamental nesse campo. Recentemente, o CEDCA aprovou um plano estadual que estabelece responsabilidades para os diversos atores, mas este plano ainda está em fase de implantação. O desafio nesta área pode estar ligado à efetiva implementação desse plano.

A execução das Medidas Sócio-Educativas, em particular as de internação, tem sido avaliada como ineficiente e ineficaz por várias organizações que atuam na área, inclusive com várias denúncias de casos de tortura nas dependências das unidades de internação. Esse quadro estimula a violência entre os adolescentes e dificulta o seu retorno ao convívio familiar e social. Até o momento, prevalece o entendimento de que a tarefa da execução das medidas de internação compete ao Estado. Entretanto, abre-se às organizações sociais a reflexão sobre as responsabilidades que as mesmas podem assumir no caso das medidas de internação.

Outro imenso desafio para a área da infância e da juventude é o pouco diálogo entre as políticas setoriais. Apesar dos vários avanços registrados neste texto, persiste ainda um grande isolamento entre as áreas e programas. Esse desafio poderá ser enfrentado através de estratégias de planejamento conjunto, o que pode incluir a elaboração e o monitoramento do Orçamento-Criança, concebido e operacionalizado como uma peça de planejamento que favoreça a aplicação integrada dos recursos disponíveis para esta área. Por outro lado, é necessário provocar a reflexão das organizações públicas e sociais acerca da transversalidade da temática da infância, da adolescência e da juventude.

As iniciativas visando ao atendimento das CASR podem ser consideradas como ações supletivas, absolutamente imprescindíveis dada a condição de vulnerabilidade em que se encontram. No entanto, permanece o desafio de integrar as ações supletivas com as políticas estruturais, que possam reduzir ou eliminar os fatores que geram a situação de rua, tais como a geração de emprego e renda, a qualidade do ensino, a assistência integral em saúde, e os programas de esporte, cultura e lazer nas comunidades. Permanece também o desafio de uma maior integração entre os diversos conselhos setoriais de políticas públicas e destes com os conselhos ligados aos direitos humanos.

A qualificação do atendimento também é fundamental para que as crianças e adolescentes possam construir ou reconstruir os seus projetos de vida, o que passa pela ampliação da capacidade técnica dos educadores e dos diversos profissionais⁶⁶. Isto exige que os diversos programas de atendimento incorporem a prática de realizar o acompanhamento posterior das

⁶⁴ Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão.

⁶⁵ Centro de Educação Profissional do Coroadinho.

⁶⁶ A professora Cândida da Costa sugere que é indispensável discutir como a metodologia de educação de rua que está sendo implementada está impactando na auto-estima das crianças e dos adolescentes em situação de rua e na inserção familiar e social.

CASR atendidas ou encaminhadas para verificar em que medida houve resolutividade no tratamento de suas demandas.

Incorpora-se também aqui o desafio de assegurar a profissionalização dos adolescentes e de suas famílias, para proporcionar-lhes condições de autonomia no plano econômico. Deste desafio decorre um outro que é superar os limites etários inseridos nos programas atuais. Ou, dito de outra forma, ampliar a política pública voltada às CASR para a faixa etária dos jovens, pelo menos até uma adequada emancipação destes.

O trabalho em rede é uma das grandes novidades do final do milênio. Representa ao mesmo tempo um desafio constante na medida em que prevalece a cultura da fragmentação e departamentalização. Conceber as CASR como seres integrais e sujeitos de suas histórias implica numa reeducação do olhar dos agentes públicos e sociais, passando a uma visão holística, nas quais cada organização ou iniciativa se articula com tantas outras que buscam o mesmo objetivo. Importa aqui saber definir as competências e os limites de responsabilidade, o que a Rede Amiga da Criança exercita bem ao formular os Protocolos de Intenções.

Um debate que está posto para a Rede Amiga da Criança, após 5 anos de existência, é o seu grau de institucionalização. Seu caráter é o de um espaço de articulação político-institucional horizontal. A tese de que possa assumir uma personalidade jurídica pode comprometer esse caráter. Uma idéia interessante para a sustentabilidade da Rede é a constituição de uma associação ou fundação de apoio ao seu funcionamento, que possa captar e gerenciar recursos.

12. Recomendações para atuação da Rede Amiga da Criança no período 2006/2008

“Um mundo adequado para as crianças e para os adolescentes... é aquele em que toda criança recebe o melhor no início de sua vida e tem acesso à Educação Básica de qualidade. É aquele no qual toda criança tem amplas oportunidades para desenvolver as suas capacidades individuais em um ambiente acolhedor”.⁶⁷

Além de explicitar algumas recomendações específicas para a atuação da Rede Amiga da Criança, é indispensável considerar que no plano internacional, nacional, estadual e local, existem inúmeras iniciativas relacionadas ao estabelecimento de normas e pactos voltados para a efetivação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

A visibilidade dessas normas e pactos e o seu monitoramento implicam num grande desafio a todas as organizações comprometidas com os direitos humanos. Representam também uma chave para a ligação entre as questões específicas, resultantes das demandas imediatas, com as questões estruturais. Implicam, por fim, num comprometimento tanto da esfera pública estatal quanto da sociedade civil.

As indicações a seguir foram recolhidas principalmente dos compromissos assumidos pelo Brasil e pelo governo Lula, mas guardam profunda correspondência com as pautas locais, a exemplo do que vem sendo definido nas conferências pelos direitos das crianças e adolescentes e pelos diversos fóruns e redes ligados aos direitos humanos e às políticas públicas. Também levam em consideração as diversas entrevistas e conversas com profissionais, educadores e militantes da causa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

⁶⁷ Rede de Monitoramento Amiga da Criança. “Um Brasil para as crianças: a sociedade brasileira e os objetivos do milênio para a infância e a adolescência”. Brasil, agosto de 2004. Citando o documento “Um mundo para as Crianças” (MPC).

Recomendações específicas para a Rede Amiga da Criança

- Estimular a participação da sociedade civil no controle das políticas públicas;
- Implementar uma estratégia para pautar o tema de CASR no âmbito das políticas públicas;
- Promover uma discussão com todos os conselhos de políticas públicas para tratar o tema das CASR;
- Aprofundar a metodologia de atendimento a CASR considerando-se as diferentes demandas relativas ao desenvolvimento psicossocial das crianças e dos adolescentes;
- Intensificar a qualificação dos profissionais de educação e saúde para as questões da infância e da adolescência, com ênfase para as questões de gênero e de raça/etnia;
- Criar centros de recuperação de crianças desnutridas em áreas de periferia, envolvendo tratamento, visitas domiciliares, capacitação de profissionais e orientação à população;
- Implantar centros integrados de atendimento aos adolescentes (saúde, educação, inclusão digital, cultura, lazer, qualificação e orientação profissional, apoio ao protagonismo juvenil);
- Monitorar o progresso das crianças em situação crítica de aprendizagem;
- Implementar ações para aumentar a cobertura do registro civil de nascimento;
- Associar aos recursos destinados à transferência de renda (Bolsa Escola, PETI, etc.) investimentos para a qualificação profissional das famílias de baixa renda;
- Manter interlocução permanente com o Consórcio Social da Juventude da Ilha de São Luís;
- Assegurar a visibilidade do Orçamento-Criança em todo o orçamento público e não apenas nas dotações para as chamadas “situações de risco”;
- Garantir o monitoramento dos indicadores do Prêmio Prefeito Amigo da Criança;
- Assegurar o monitoramento do Orçamento-Criança;
- Garantir a popularização do ECA, levando às crianças e adolescentes o conhecimento sobre seus direitos e sobre as formas de violência e maus tratos através de oficinas pedagógicas nas escolas e nas comunidades e de programas de rádio comunitária;
- Promover o protagonismo infanto-juvenil no controle do orçamento público, através da capacitação e do apoio para a intervenção direta de crianças e adolescentes na definição dos gastos públicos;
- Criar uma instância mais participativa das crianças e dos adolescentes na gestão da Rede, a exemplo de uma Ouvidoria.

Recomendações gerais

- Readequar as políticas públicas voltadas para a infância e adolescência aos recortes de gênero, de renda e étnico-racial;
- Provocar maior envolvimento das universidades com a ampliação da capacidade técnica das organizações e dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes;
- Oferecer informações sobre os programas governamentais voltadas para a infância e adolescência, inclusive em portal na internet;
- Implementar programas de melhorias habitacionais e urbanização das áreas de periferia;
- Direcionar os investimentos em saneamento básico para as áreas de periferia;
- Integrar os serviços básicos de saúde às creches e escolas de educação infantil;
- Ampliar ações voltadas à promoção da saúde reprodutiva em todo o sistema de saúde, envolvendo meninas e meninos e visando a redução do índice de gravidez na adolescência;

- Promover a aproximação entre escolas e comunidades, inclusive com a abertura das escolas em finais de semana para atividades culturais e de lazer;
- Buscar maior aproximação com os segmentos do poder público ligados à segurança pública e à justiça;
- Investir na consolidação da Lei da Aprendizagem garantindo oportunidades de empregos aos jovens de baixa renda;
- Fortalecer as iniciativas e projetos que trabalhem com famílias e as comunidades dos adolescentes egressos do sistema de medidas sócio-educativas, favorecendo sua inserção na escola e na sociedade;
- Assegurar a aplicação dos princípios do ECA para as medidas sócio-educativas;
- Garantir formação em orçamento público para as lideranças da sociedade civil organizada;
- Garantir a oferta de subsídios técnicos para a intervenção social na formulação e na fiscalização da execução do orçamento público, inclusive através de ações junto ao parlamento municipal;
- Ampliar o apoio técnico e financeiro ao CMDCA e aos conselhos tutelares.

13. O sonho do protagonismo infanto-juvenil

No documento do Projeto Protagonismo em Rede, o protagonismo é assumido como “participação, formação e organização” das crianças e dos adolescentes⁶⁸. No texto sobre o Sistema Criança-Rua⁶⁹ é colocada a necessidade de se considerar as competências que crianças e adolescentes desenvolvem no espaço das ruas, aproveitando essas competências no âmbito dos projetos de atendimento.

Essas considerações iniciais nos remetem a considerar como crianças e adolescentes se movimentam habitualmente em seus espaços vitais. Se deixarmos de lado as situações de restrição de liberdade e de manifestação, crianças e adolescentes costumam agir com espontaneidade e geram formas próprias de organização diante dos mais variados contextos.

Capturamos duas dimensões do protagonismo infanto-juvenil⁷⁰: a primeira, considera a participação das crianças e adolescentes em atividades de interesse coletivo e voltadas para as mudanças sociais. A segunda considera a sua capacidade de sentir, propor, criticar e criar as suas próprias formas de comportamento e realização pessoal.

Nessas duas dimensões estão presentes as noções de criatividade e de transformação. A elas queremos acrescentar outra noção que é o direito à participação como direito humano fundamental e que é assegurado tanto na Constituição Federal quanto no ECA.

A garantia do direito à participação das crianças e adolescentes implica em romper com o modelo adultocêntrico e radicalizar a noção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e de sua própria história, buscando transcender as iniciativas de pensar e propor as políticas públicas para eles e elas para uma postura de pensar e propor com eles e elas.

A história dos movimentos em defesa das crianças e dos adolescentes está repleta de exemplos nos quais a participação deles e delas se deu de forma profunda e determinante. É bem provável que a forma como nós, adultos, organizamos nossa participação não esteja apropriada à forma como eles e elas querem e gostam de participar. Talvez o passo fundamental seja o de um

⁶⁸ Protagonismo em Rede. Orientações Básicas. Texto editado pela Rede Amiga da Criança. São Luís, julho de 2005.

⁶⁹ STOECKLIN, Daniel. O sistema criança-rua: um mecanismo conceitual para a compreensão e a intervenção. Fevereiro de 1999. Tradução. Mimeo.

⁷⁰ Texto sobre Protagonismo Infanto-Juvenil e Orçamento Público, de autoria de Odete Zanchet e Patrícia Balestrin, no qual são citadas as abordagens de Antonio Carlos Gomes da Costa e Moacir Gadotti. Revista da ANced, nº 2, julho de 2005. 15 olhares sobre os 15 anos do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

profundo reconhecimento, o de que as crianças e adolescentes são capazes e devem atuar em todos os espaços da sociedade.

Dai, quem sabe, possamos reconhecer também que eles e elas já fazem isso cotidianamente, superando tanto o desafio da falta de oportunidades, formação e incentivo, quando o desafio da realidade excludente e violenta.

Esses reconhecimentos podem nos levar a compreender as inúmeras manifestações deles e delas e perceber que o exercício do protagonismo juvenil é uma questão de redefinir as relações de poder que perpassam as nossas organizações e as nossas práticas enquanto adultos.

14. Bibliografia consultada

- Boletim Toada.** Agência de Notícias Matraca, nº 6, julho/agosto de 2004.
- BORGES, Arleth; COSTA, Cândida; SILVA, Carmen Silvia Maria da. **Vidas Ameaçadas: indicadores da violação dos direitos de crianças e adolescentes no Maranhão.** São Luís: CDMP, 2000. p. 25 Brasil. Constituição Federal 1988.
- CDMP. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2004.
- Costa, Cândida da (org) **Observatório Criança: Acompanhando a situação dos direitos da criança e do adolescente no Maranhão de 1998 a 2002.** São Luís/MA: CEDCA; CDMP, 2005.
- COSTA, João de Jesus da (org.) **Rompendo o silêncio: Seminário multiprofissional de capacitação sobre abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes.** São Luís/MA: CEDCA; CDMP; Procuradoria Geral da Justiça, junho de 1997.
- CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo & SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. **Estudo Sociométrico de uma Instituição Alternativa para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Construindo uma Proposta Pedagógica.** Revista Psicologia: Reflexão e Crítica. 17(2). Brasília: 2004. p. 277-286.
- GOMES, Conceição de Maria T. **Degradação ambiental e qualidade de vida em São Luís: a ocupação dos manguezais por palafitas no bairro da Camboa.** Mimeo.
- IBGE, Censo 1970.
- IBGE, Censo 1980.
- IBGE, Censo 2000.
- MARQUES, Zulene. **O "sistema criança-rua": uma ferramenta conceitual para a compreensão e para a intervenção.** Texto disponível no site da Rede Amiga da Criança: www.redeamigadacrianca.org.br.
- MENDEZ, Emilio Garcia. **"Do avesso ao direito: da situação irregular à proteção integral da infância e da adolescência na América Latina".** III Seminário Latino-Americano. São Paulo, outubro de 1992.
- Rede de Monitoramento Amiga da Criança. **"Um Brasil para as crianças: a sociedade brasileira e os objetivos do milênio para a infância e a adolescência".** Brasil, agosto de 2004.
- SANTOS, Mirela Figueiredo. **"Com a palavra o adolescente: ressignificando trajetórias de risco num espaço de fronteiras. Uma experiência em educação para a saúde"**, texto apresentado na XXIII Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, no ano 2000.
- SILVA, Maria Jacinta da (org). **Rede Amiga da Criança: uma experiência de articulação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua.** São Luís: Unicef; Fondation Terre des Hommes; Rede Amiga da Criança. 2003.
- Site da Prefeitura Municipal de São Luís: www.saoluis-ma.gov.br. O município.
- Site da Prefeitura Municipal de São Luís: www.saoluis-ma.gov.br. Os programas e projetos.
- Site do BNDES. Banco Federativo. **Os municípios em dados.**
- STOECKLIN, Daniel. **O sistema criança-rua: um mecanismo conceitual para a compreensão e a intervenção.** Fevereiro de 1999. mimeo.

ANEXO 1

INDICADORES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MARANHÃO

Indicadores	Maranhão				Brasil 2002
	1999	2000	2001	2002	
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) ⁷¹	50,6	49,0	47,6	46,3	27,8
Mortalidade proporcional por IRA em menores de 5 anos ⁷²	5,5	5,0	5,0	3,5	5,4
Mortalidade proporcional por DIP em menores de 5 anos ⁷³	10,8	8,7	10,2	8,8	8,7
Mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos) ⁷⁴	55,9	78,4	85,6	91,6	53,6
Percentual de nascidos vivos de mães com menos de 7 consultas no pré-natal ⁷⁵	50,8	73,8	71,2	74,9	49,5
Percentual de crianças com baixo peso ao nascer ⁷⁶	6,8	6,8	6,9	6,7	8,1
Percentual da população sem acesso à água potável ⁷⁷	59,7	-	52,2	46,1	12,8
Percentual da população sem acesso ao esgotamento sanitário adequado ⁷⁸	72,7	-	65,2	62,3	34,4
Percentual de crianças de 0 a 6 anos que frequentam a escola ⁷⁹	35,8	-	36,5	34,4	35,3
Taxa média esperada de conclusão no ensino fundamental ⁸⁰	44,7	43,6	46,5	-	62,3 ⁸¹
Percentual de crianças de 7 a 14 anos que frequentam a escola ⁸²	94,7	-	95,0	94,5	96,9
Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 19 anos ⁸³	-	-	92,8	92,9	97,1
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos ocupadas ⁸⁴	41,2	-	32,9	26,7	19,2
Percentual de crianças e adolescentes de 10 a 15 anos ocupadas ⁸⁵	37,0	-	28,9	22,0	13,5
Percentual de adolescentes de 16 a 17 anos ocupados ⁸⁶	55,0	-	45,0	40,2	35,3
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos que vivem em famílias com rendimento mensal per capita de até ½ salário mínimo ⁸⁷	70,8	-	72,2	74,2	47,3
Nº de adolescentes cumprindo Medidas Sócio-Educativas ⁸⁸	-	-	-	456	10.366

⁷¹ IBGE.

⁷² Ministério da Saúde – Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem e Unicef. Situação Mundial da Infância, 2004.

⁷⁵ Ministério da Saúde – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)

⁷⁶ Ministério da Saúde – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)

⁷⁷ IBGE/PNAD. Microdados.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Educacional.

⁸¹ Dados de 2001.

⁸² IBGE/PNAD. Microdados. Dados invertidos pelo autor.

⁸³ IBGE/PNAD. Microdados.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. FONACRIAD, Junho/2002.

ANEXO 2

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SÃO LUÍS

Programa / Projeto	Objetivos	Âmbito		
		Federal	Estadual	Municipal
Esperança	Proteção social a adolescentes em situação de rua e suas famílias			X
Construindo Cidadãos	Restabelecimento dos vínculos familiares de crianças e adolescentes de 06 a 21 anos em situação de rua			X
Circo Escola	Fortalecimento da convivência familiar e escolar de crianças e adolescentes em situação de rua			X
Recriando o Lúdico	Abordagem e atendimento sócio-educativo a crianças e adolescentes trabalhadores do mercado central			X
PETI	Erradicação do trabalho infantil	X	X	X
Caminhando com as Famílias	Garantia de qualidade de vida e fortalecimento das relações familiares			X
Apoio a famílias	Atendimento psico-social a famílias de crianças e adolescentes dos programas		X	X
Abrigo a Crianças e Adolescentes	Espaços provisórios ou permanentes de acolhida a crianças e adolescentes de 7 a 17 anos		X	
Bolsa-Escola	Acesso, regresso e permanência de crianças e adolescentes de 7 a 16 anos na escola	X		X
Creche-Manutenção	Guarda, apoio nutricional e atividades sócio-pedagógicas a crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escola	X	X	X
Agente Jovem	Promoção e inclusão social de crianças e adolescentes de 15 a 17 anos em situação de pobreza e risco social	X	X	X
Sentinela	Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual		X	
Casas-Lares	Construção de referências familiares a crianças e adolescentes sem convívio familiar			X
Oficina-escola de marcenaria	Aprendizagem profissional a adolescentes			X
Merenda Escolar	Fornecimento de merenda escolar a crianças e adolescentes da rede pública de ensino fundamental	X	X	X
Bolsa Alimentação	Fornecimento de alimentação suplementar a crianças e adolescentes	X		X

ANEXO 3**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES⁸⁹**

NOME DA ORGANIZAÇÃO
Agência Matraca de Notícias para Infância e Juventude
Associação Atlética Banco do Brasil -Programa AABB Comunidade
Associação Beneficente Santa Clara - Projeto Sonho de Aline
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Associação dos Deficientes Visuais do Maranhão
Associação Espírita Lar de José
Associação Mães Bom Jesus dos Aflitos
Associação Recreativa Benef. Cultural e Escola de Samba Turma da Mangueira
Centro Comunitário Cultural e Eclesial da Vila Passos
Centro Comunitário do Radional e Adjacências
Centro de Cultura Negra do Maranhão
Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini
Centro de Informática e Cidadania
Centro de Integração Empresa-Escola
Centro Dialético de Pais e Amigos dos Especiais
Centro Educacional e Profissional do Coroadinho
Centro Educacional São José Operário
Centro Paroquial do São Francisco
Clube Cooperativista de Mães da Camboa
Clube de Mães da Vila São Luís
Clube de Mães Mariana
Clube de Mães Unidas Venceremos
Congregação das Irmãs da Divina Providência
Desafio Jovem do Maranhão
Educandário Santo Antônio
Escolinha do Povo - Vila Embratel
Fundação Maranhense de Assistência Comunitária
Fondation Terre des Hommes
Grupo de Apoio a Comunidades Carentes do Maranhão
Grupo de Dança Afro-Malungos
Grupo Solidariedade é Vida
Instituto Bom Pastor de Amparo a Infância e Adolescência- Oficina Educativa Bom Pastor
Lar do Menor Dom Calábria
Lar Pouso da Esperança/Lar Fabiano de Cristo
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Pastoral da Criança
Pastoral da Juventude
Pastoral do Menor
Projeto de Educação Alternativa Descobrimdo o Saber
Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil
Sociedade da Redenção
Sociedade de Puericultura e Pediatria do Maranhão
Sociedade Voluntária de Assistência ao Menor
União Recreativa e Beneficente da Vila Vitória

⁸⁹ Fonte: Pesquisa realizada para a Fundação Abrinq, destinada ao mapeamento de atores para prevenção e erradicação do trabalho infantil nas suas piores formas.

ANEXO 4

FÓRUMS E REDES LIGADOS AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SÃO LUÍS

Fórum / Rede	Objetivos
Rede Amiga da Criança	Ampliar e qualificar as ações e diminuir a incidência de crianças e adolescentes nas ruas do município de São Luís-MA.
Fórum DCA Estadual	Articular a mobilização social da sociedade civil na luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes do Maranhão.
Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil	Articular as iniciativas para prevenção e erradicação do trabalho infantil no Maranhão
Fórum de Entidades de Direitos Humanos	Garantir a implementação dos sistemas de proteção dos direitos humanos
Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes	Formular e acompanhar a execução das políticas públicas voltadas para a área da infância e da adolescência, no âmbito estadual
Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes	Formular e acompanhar a execução das políticas públicas voltadas para a área da infância e da adolescência, no âmbito municipal
Comitê Gestor do Projeto Rompendo o Silêncio	Articular as políticas de atendimento à criança e adolescente vítima de violência sexual e suas famílias.
Comitês de Monitoramento do Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Monitorar a implementação das medidas previstas nos planos municipal e estadual de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes
Fórum Intermunicipal pela Criança e Adolescente da Grande São Luís - FICA	Articular as políticas públicas para melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes da Ilha de São Luís – MA.
Fórum Intermunicipal de Crianças e Adolescentes	para crianças e adolescentes da ilha de São Luís
Fórum Estadual de Mulheres	Articular a inserção do recorte de gênero nas políticas públicas
Rede de Intervenção nas Políticas Públicas	Articular iniciativas de capacitação e de atuação das organizações sociais nas políticas públicas e no orçamento público
Rede Interinstitucional da Educação Básica	Articular iniciativas em torno da melhoria da educação básica
Consórcio Social da Juventude	Criar as condições de empregabilidade e inserção econômica de jovens de 16 a 24 anos da região metropolitana de São Luís/MA.

ANEXO 5

RESULTADOS DA REDE AMIGA DA CRIANÇA EM 2003 E 2004⁹⁰

Eixo	Resultados em 2003	Resultados em 2004
Crianças, Adolescentes e Famílias	➤ 640 CASR, dos quais 64 eram moradores de rua, foram integradas às suas famílias; ➤ Cerca de 1.700 C/A participam do planejamento e avaliação de programas de 11 organizações da Rede; ➤ 611 C/A e 139 famílias foram encaminhadas e destas, 457 crianças e 108 famílias foram atendidas; ➤ 15 C/A de 9 organizações se organizam e discutem seus direitos.	➤ 744 CASR, das quais 47 eram moradores de rua, foram reintegradas às suas famílias; ➤ Atendimento interno a 1.276 C/A e 344 famílias; ➤ Atendimento externo a 671 C/A e 153 famílias; ➤ Cerca de 770 C/A e 820 famílias desenvolvem atitudes proativas; ➤ A Rede acompanhou 400 famílias com CASR para favorecer a consolidação de vínculos.
Mobilização Social (Advocacy)	➤ 10 organizações contribuíram para o 3º aniversário da Rede; ➤ 5 das 7 entidades da SC que integram o CMDCA fazem parte da Rede, mantendo a "situação de rua" como prioridade e o apoio do Fundo a projetos nesta área; ➤ A Rede participa do Fórum sobre o Trabalho Infantil e Adolescente; ➤ A Rede integra o GT de Monitoramento do Plano Estadual de Combate à Violência Sexual Contra C/A; ➤ A Rede apoiou a instauração da CPMI e da CPI local para investigar a violência sexual contra crianças e adolescentes; ➤ Participação de oito jornalistas da mídia local no projeto Repórter em Situação de Rua; ➤ Participação da Rede no Fórum DCA; ➤ A Rede integra a Risolidária, portal nacional de redes.	➤ Participação de 200 adolescentes na elaboração e entrega a autoridades de documento para esporte e lazer; ➤ Comitê Jovem pela Qualidade na Informação fez oficina com 10 adolescentes, atingindo 120 profissionais e estudantes; ➤ 5 artigos de especialistas da Rede foram publicados pelos dois maiores jornais locais e esses dois veículos pautaram no dia da Criança a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua; ➤ A mobilização social em relação à CPMI resultou em 07 ações penais contra autoridades públicas e particulares e na abertura de mais de 10 inquéritos policiais.
Formação	➤ 100% das organizações participam do processo de construção coletiva do Modelo de Intervenção; ➤ Formação para 15 educadores sobre o tema: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; ➤ Realização de três turmas do Curso de Dinâmicas; ➤ Formação sobre o modelo de intervenção; ➤ Formação sobre princípios e técnicas de captação de recursos para 25 profissionais de 15 organizações da Rede.	➤ 581 horas de formação para 442 pessoas das organizações da Rede ➤ Elaboração do Modelo de Intervenção da Rede Amiga da Criança, com participação ativa das organizações da Rede ➤ 100% das organizações da Rede participaram de formação disponibilizada pela Rede; ➤ 70 novos profissionais da Rede e 40 professores de 04 escolas públicas municipais capacitados sobre a temática violência sexual contra crianças; ➤ 48 crianças, adolescentes e jovens contribuíram para qualificar o Protagonismo Infanto-Juvenil nas suas organizações.
Sustentabilidade	➤ 100% de participação das organizações nas instâncias da Rede; ➤ 20 organizações se envolveram na elaboração de projetos; ➤ 17 parceiros apoiaram iniciativas da Rede, com produtos e serviços (R\$ 16.197,00) e recursos financeiros (R\$ 32.254,00); ➤ Participação da Rede no Projeto Jovem Cidadão, articulado pela 1ª Vara da Infância; ➤ Investimento em formação para captação de recursos; ➤ A Rede atingiu visibilidade externa, tornando-se exemplo para outras iniciativas semelhantes	➤ Empresários e articulações da sociedade civil criaram condições para captação, junto ao grande público, em alimentos não-perecíveis, serviços e recursos financeiros; ➤ Unicef continua a parceria com a Rede e disponibilizou recursos para o Projeto Acolher e 4º Seminário Mídia, Infância e Adolescência no Maranhão; ➤ Projetos articulados são viabilizados pelas organizações da Rede; ➤ 90% dos recursos do 4º aniversário da Rede foram assegurados por 14 organizações; ➤ O BNDES aprovou investimento ao projeto Fortalecendo Rede Amiga da Criança, para execução a partir de 2005; ➤ WCF assegura financiamento para o Projeto Saber Viver até 2005; ➤ A Rede definiu um perfil de Unidade de Apoio sustentável, que norteará ações de captação de recursos.

⁹⁰ Em relação ao período anterior, sugerimos a consulta ao documento de sistematização da experiência da rede Amiga da Criança, disponível no site da Rede.

ANEXO 6

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM 2004

INSTITUIÇÃO QUE RECEBEU	FINALIDADE	VALOR DESTINADO (R\$)
Centro Dialético de Pais e Amigos dos Especiais	Projeto Arte: Diálogo Harmonia e Criatividade	14.000,00
Desafio Jovem do Maranhão	Projeto Com a Mão na Massa	32.000,00
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	Projeto Eterno Aprendiz	22.000,00
Pastoral do Menor	Projeto Uma Luz para o Futuro	25.000,00
Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini	Projeto Observatório Criança	13.000,00
	Projeto Rompendo o Silêncio	300.000,00
Grupo Afro-Malungos	Projeto Escola de Informática	16.912,00
Fundação Municipal da Criança e Assistência Social- FUMCAS	Projeto Quebrando o Silêncio	5.160,00
	Projeto Conjugando o Futuro no presente	4.740,00
	Projeto Acolher	40.000,00
	Expansão do PETI	48.000,00
	Projeto Circo-Escola	112.000,00
		632.812,00

Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís do Maranhão, Brasil, 2005

João de Jesus da Costa¹

*"O mundo que temos hoje nas mãos não nos foi dado por
nossos pais.
Na verdade, ele nos foi emprestado por nossos filhos."
(Provérbio Africano)*

1. Apresentação

São Luís convive com um fenômeno crônico, comum aos médios e grandes centros urbanos da América Latina: muitas crianças e adolescentes em situação de rua.

Nos semáforos, nas feiras e mercados, nas áreas de bares e nas praias, ou simplesmente perambulando pelas ruas e praças, centenas de meninos e meninas se expõem à indiferença, aos maus tratos, à violência e ao aliciamento.

Não chegam à situação de rua por acaso. Muitas delas fazem da rua o seu lar, em substituição à família desestruturada pela violência doméstica, pela separação dos pais ou pela pobreza extrema. Outras ainda mantêm os vínculos familiares, justificando a sua presença nas ruas como uma forma de ajudar no sustento da casa.

Não importam tanto os motivos que os levam à situação de rua. Importa principalmente o fato de que essa situação representa a mais dolorosa face da violação dos direitos das crianças e adolescentes, questionando radicalmente a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de que elas são a **prioridade absoluta** e que tanto o Estado quanto a sociedade e a família são responsáveis pela garantia dos seus direitos.

No entanto, cabe buscar a explicação desse fenômeno para compreender como é possível estabelecer estratégias que levem à sua erradicação. Muitas iniciativas da sociedade civil e do poder público estão sendo desenvolvidas em São Luís nas últimas duas décadas em consonância com os princípios do ECA e têm produzido resultados significativos.

➤ Centenas de crianças e adolescentes foram retirados das ruas, envolvidos em atividades culturais e pedagógicas, reinseridos na escola e, o mais importante, reinseridos em suas famílias e em suas comunidades.

➤ Centenas de educadores, agentes públicos e lideranças sociais foram sensibilizadas para outra compreensão acerca do universo simbólico dessas crianças e adolescentes e de suas famílias.

➤ Milhares de pessoas passaram a adotar outra postura em relação aos meninos e às meninas que se aproximam dos seus carros ou de suas mesas nos bares.

Três iniciativas se destacam por seu caráter inovador e por sua efetividade no enfrentamento da problemática da situação de rua: o Projeto Estrela da Rua, o Projeto Construindo Cidadãos e a Rede Amiga da Criança. Entender seus objetivos e sua metodologia é muito importante também para a construção de estratégias eficazes.

A análise da situação de rua envolvendo crianças e adolescentes que ora apresentamos é a resposta a um pedido feito em maio de 2005 pela Fondation Terre des Hommes – Lausanne, que integra a Rede Amiga da Criança. Para elaborá-la foi indispensável recorrer aos documentos, às pesquisas e aos relatos das entidades, das personalidades, dos educadores e também dos meninos

¹ Psicólogo, coach ontológico empresarial e consultor em desenvolvimento institucional de organizações sociais, públicas e privadas. Com a colaboração de Ádila Kariny, Arlete Abreu, Bernardete Ericeira, Rivaldo Almeida e Rogenir Costa.

e das meninas². Muitas das opiniões aqui mencionadas foram retiradas de fontes secundárias, dadas a limitação de recursos e o recorte proposto pela contratante.

O texto aborda o contexto no qual se verifica o fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua no município de São Luís do Maranhão. Busca apresentar os fatores que geram a situação de rua e suas repercussões. E busca também apresentar uma análise dos desdobramentos da intervenção do poder público e da sociedade civil frente a essa problemática, apontando os desafios e as perspectivas para o enfrentamento dessa situação.

Esperamos que esta análise possa contribuir para a auto-avaliação e o planejamento do novo ciclo da Rede Amiga da Criança e assim trazer novas perspectivas para o enfrentamento à problemática à qual se refere, com destaque para o protagonismo infanto-juvenil.

Ousamos ainda apresentar algumas hipóteses e sugestões para um universo mais amplo de atuação do movimento em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Cabe a cada integrante da Rede identificar quais delas se aplicam à sua missão institucional.

E como diz o poeta: "Valeu a pena? Tudo vale a pena, se a alma não é pequena" (Fernando Pessoa).

2. Ser Criança e Adolescente

"No cotidiano da minha vida, descobri que as crianças e os adolescentes, ricos ou pobres, compartilham desejos e necessidades universais. E todos – meninos e meninas, têm o direito de crescer preservando a infância como etapa fundamental de suas vidas"³

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento, que gozam direitos especiais relativos à vida, à segurança, à liberdade e ao pleno desenvolvimento, a serem assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado⁴.

O marco normativo relacionado aos direitos das crianças e dos adolescentes está bem consolidado, no plano nacional e internacional. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança; a Constituição Federal, através dos artigos 227 e 228 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) definem a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. E acrescentam a noção de exigibilidade desses direitos como dever da família, do Estado e da sociedade. Avança-se para a Doutrina da Proteção Integral e toma-se a criança e o adolescente como prioridade absoluta para a formulação e implementação das políticas públicas. Ainda, expressam o reconhecimento de sua condição de pessoas em desenvolvimento.

A concepção de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos ainda não está efetivamente incorporada na cultura da sociedade brasileira. Os avanços nas últimas décadas são enormes e se estruturam principalmente em torno de três eixos: a visibilidade social de temas antes considerados como tabus, a exemplo da violência sexual, da violência doméstica e do trabalho infantil; o investimento crescente em políticas sociais voltadas para a infância e a adolescência, com a ampliação do atendimento em educação básica, saúde infantil e programas de atenção a crianças e adolescentes em situação de risco; e a descriminalização da prática de atos infracionais por adolescentes.

² Foram considerados: os relatórios anuais da Rede Amiga da Criança; as informações fornecidas por várias entidades integrantes da rede; as opiniões expressas nas entrevistas com personalidades tais como Cândida da Costa, professora da UFMA, Eliana Almeida, oficial de projetos do Unicef, Márcio Thadeu, promotor e Sandra Elouf, promotora; e as conversas informais com técnicos da Rede, especificamente da equipe de Terre des Hommes em São Luís.

³ Maria Eneide Teixeira, coordenadora geral da ONG Circo de Todo Mundo.

⁴ BORGES, Arleth; COSTA, Cândida; SILVA, Carmen Sílvia Maria da. Vidas Ameaçadas: indicadores da violação dos direitos de crianças e adolescentes no Maranhão. São Luís: CDMP, 2000. p. 25. As crianças são consideradas pelo ECA na faixa etária que se estende até os doze anos incompletos e os adolescentes entre doze e dezoito anos.

Estes avanços repercutem tanto na ampliação de denúncias de casos de violação dos direitos quanto na estruturação de sistemas de atendimento às vítimas. A noção do sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes se dissemina em praticamente todas as áreas e se consolida através de fóruns e redes interinstitucionais, embora ainda persista uma certa fragmentação nas iniciativas.

É interessante observar a repercussão positiva da municipalização do atendimento e da descentralização das ações, seja do ponto de vista territorial seja pela incorporação de novos atores sociais, o que é produto de uma maior participação da sociedade civil. Os conselhos de direitos e tutelares ocupam um lugar central nessa estratégia de municipalização e descentralização. Outro fato interessante é a crescente articulação entre as políticas setoriais, que amplia a retaguarda no atendimento aos casos de violação.

3. As diversas faces da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes

É por dentro deste quadro de consolidação de uma nova concepção em relação às crianças e adolescentes que importa fazer a reflexão acerca da violação dos seus direitos. É fundamental considerar que a despeito dos avanços citados acima, as conjunturas brasileira e maranhense apresentam dimensões gravíssimas no tocante às condições necessárias para a efetivação dos direitos humanos em geral e das crianças e dos adolescentes em particular.

O primeiro destaque a ser feito é quanto à indigência. Num país em que cerca de 54 milhões de pessoas viviam em 2003 com uma renda mensal per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo⁵ e num Estado em que essa situação é ainda mais crítica, chegando a atingir 68% da população, a primeira situação de violação de direitos a ser considerada é a profunda desigualdade econômica, fruto de uma concentração de renda brutal. Essa concentração de renda se estende à concentração de poder e à apartação social. Milhões de brasileiros e brasileiras ficam privados das condições básicas de sobrevivência com dignidade.

Dessa privação decorrem fatos gravíssimos, que se manifestam em cada família e se multiplicam infinitamente: a fome se instala como um fenômeno crônico, levando à desnutrição e à mortalidade infantil; as crianças e adolescentes são lançados precocemente no mercado de trabalho, inclusive em formas degradantes como a exploração sexual e o trabalho em carvoarias; a desestruturação familiar quebra vínculos afetivos e físicos...

A violência doméstica é outra situação na qual os direitos das crianças e adolescentes é gravemente desrespeitada. Maus tratos, negligência, abuso sexual são expressões dessa violência.

Muitas crianças e adolescentes encontram o caminho das ruas como espaço de sobrevivência ou de escape à violência doméstica e à desestruturação familiar. Nas ruas ficam à mercê de outros riscos, como o aliciamento à drogadição e à exploração sexual, a gravidez precoce e a prática de atos infracionais. O espaço da rua oferece às crianças e aos adolescentes a ocupação, o entretenimento, as relações e o aprendizado.

Cada uma dessas situações vai sendo reforçada no imaginário coletivo através de mitos como o de que o trabalho infantil é único passaporte capaz de tirar a criança pobre da marginalidade e da exclusão social.

⁵ IPEA. Radar Social. 2005.

4. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: conceituação e caracterização

Para muitas crianças e adolescentes a rua é o aconchego, a casa, a família. Nela vivem e despertam para o prazer, para a liberdade e para a fantasia. Nela também muitos sentem a dureza de um “espetáculo” que se renova dia após dia: a indiferença, o medo e a violência.

Para eles/as o espaço da rua, é atraente e assustador, e os faz aprender muito rapidamente a se “virarem”. Dá-lhes um jeito próprio de se expressar, na linguagem e no corpo. Nele experimentam as sensações vertiginosas das drogas. Suportam o constrangimento de pedir e nem sempre recebem. Sofrem com o descaso e a recriminação de quem passa apressado demais para perceber sua humanidade. Na rua algo lhes é tirado e algo lhes é dado. É um espaço de trocas, de vivência e de convivência.

Para os que se consideram responsáveis pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, a situação de rua é a negação extrema desses direitos. É a negação do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Constituição Federal nos seus artigos 5º e 227, da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e da Declaração Universal dos Direitos da Criança⁶.

Na situação de rua há uma dupla negação: a do presente e a do futuro. A negação do presente dá-se no desrespeito aos direitos previstos na legislação: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

A negação do futuro é decorrência da destruição da expectativa e da esperança dessas crianças e adolescentes, gerando nelas uma identidade de marginalidade e de apartação social.

A materialidade dessa negação se expressa no cotidiano de milhares de crianças e adolescentes espalhadas no país, particularmente nos médios e grandes centros urbanos. Expressa-se nos maus tratos e na violência doméstica e policial; na discriminação; no abuso e exploração sexual; na exploração do trabalho infantil; na evasão escolar; na gravidez precoce; no uso de drogas e no aliciamento para o tráfico; nas doenças sexualmente transmissíveis e decorrentes das carências nutricionais; no envolvimento em atos infracionais, etc.

A situação de rua representa um constrangimento que retira a humanidade das crianças e adolescentes. Como afirma Antonio Carlos Gomes da Costa, é uma “ilha cercada de omissões”⁷. Mirela Santos, que argumenta que “o viver na rua apresenta-se como uma rota alternativa na trajetória de desenvolvimento de alguns adolescentes, exigindo-lhes estratégias de adaptação e sobrevivência para viver sob a vulnerabilidade e o risco”⁸.

Diversos termos pejorativos ainda são usados para denominar as pessoas que estão nessa condição: menores carentes, menores abandonados, vadios, trombadinhas, pivetes, delinquentes... Até recentemente os termos mais utilizados pelos movimentos da área da criança e do adolescente eram os de “meninos/as de rua”. O termo “situação de rua” substitui a expressão “meninos/as de rua” por dois motivos: primeiro porque a identidade das crianças e adolescentes não pode ser reduzida ao local em que se encontram; segundo porque a vivência de rua deve ser transitória.⁹

As crianças e adolescentes em situação de rua têm perfis diferentes de acordo com o caráter de sua permanência na rua e com os vínculos familiares.

⁶ Para efeito desta argumentação, citei o artigo 227 da CF: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

⁷ Citado por Emílio Garcia MENDEZ em sua Conferência no III Seminário Latino-Americano “Do avesso ao direito: da situação irregular à proteção integral da infância e da adolescência na América Latina”, realizado em São Paulo, em outubro de 1992.

⁸ Mirela Figueiredo Santos. Com a Palavra o Adolescente: ressignificando trajetórias de risco num espaço de fronteiras. Uma experiência em educação para a saúde, texto apresentado na XXIII Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, no ano 2000.

⁹ Boletim Toada, da Agência de Notícia Matraca, nº 6, julho/agosto de 2004.

O Projeto Construindo Cidadãos, desenvolvido pela FUMCAS¹⁰, sistematizou quatro perfis¹¹, a partir da utilização do Sistema Criança-Rua¹². São eles:

Perfil 1 – É o tipo que se vê como trabalhador (trabalha sozinho) e possui bom nível de esclarecimento quanto aos seus direitos e deveres como cidadão. Esses jovens não se vêem como *criança de rua*, pois se sentem responsáveis pela família, são os provedores do lar. Têm boa relação com todos os familiares, elevada auto-estima e olham os estudos como oportunidade de mudança. Buscam a profissionalização como projeto de vida, dando os passos necessários para essa conquista. Analisam os perigos da rua.

Perfil 2 – Não se vêem como trabalhadores, mas gostam de ganhar dinheiro para comprar tênis, roupas, lanches; são individualistas. Gostam de estudar, mas possuem dificuldades no aprendizado, e mantêm relação de afeto com a família. Mostram habilidade para negociar e têm muita criatividade, inventando histórias, cantando e exercitando vários tipos de artes para conseguir alguns reais. Este tipo se encontra ameaçado por situações de exploração sexual, de drogas e de envolvimento com gangues.

Perfil 3 – Trabalham, mas não gostam. Estão nas ruas por imposição da família; na verdade, se envergonham disso. O que acontece é uma transferência da responsabilidade da família para a criança ou adolescente. Percebem a escola como oportunidade de mudança, mas não priorizam os estudos. Fazem uma análise negativa da rua e se envolvem com drogas e gangues, mas também discutem as relações familiares; projetam um futuro melhor fora das ruas, mas têm dificuldades de desenvolver seu projeto de vida.

Perfil 4 – Este tipo tem uma relação mais forte com a rua, moram nela, pois houve uma quebra de vínculos com a família e foram esses conflitos que os levaram aonde se encontram. São usuários ou dependentes de drogas e cometem pequenos furtos; vêem a rua como um espaço de liberdade, fazendo dela seu lugar de referência, procurando andar em grupo, e estabelecendo relação de solidariedade e cumplicidade com os colegas. Estão constantemente expostos, por longo tempo, a situações de risco, como violência física, psicológica e sexual. Dos quatro perfis, é o único que não estuda.

5. São Luís: histórico e contextualização

São Luís está situada no meio-norte brasileiro, ocupando uma área¹³ de 828,01 km². É Nordeste e é Amazônia. É uma ilha encantada e plena de amores, nas quais mora mais de um milhão de pessoas, contados os habitantes dos outros três municípios que a ocupam: São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Os limites intermunicipais são mal definidos, o que contribui para que várias áreas permaneçam desassistidas enquanto buscam uma solução quanto aos limites geográficos.

São Luís cresceu de forma rápida e desordenada. Da década de 70, com cerca de 265.000 habitantes¹⁴, até nossos dias, multiplicaram-se os bairros, os edifícios, os casebres, as avenidas, as praças, os esgotos a céu aberto e os arranjos urbanos. Em 1980, já eram quase 450.000 habitantes¹⁵. Em 2000, chegou a 870.028 moradores¹⁶. A maioria da população é urbana

¹⁰ Fundação Municipal da Criança e da Assistência Social.

¹¹ Idem.

¹² O Sistema Criança-Rua é uma metodologia de abordagem utilizada na educação de rua e em alguns programas de atendimento. Baseia-se na escuta da criança e do adolescente. É disponibilizado para a FUMCAS pela Fondation Terre des Hommes (ONG suíça que integra e apoia a Rede Amiga da Criança), que assessora a sua implantação.

¹³ Site da Prefeitura Municipal de São Luís: www.saoluis-ma.gov.br. O município.

¹⁴ IBGE, Censo 1970.

¹⁵ IBGE, Censo 1980.

¹⁶ IBGE, Censo 2000. Citado no Site do BNDES. Banco Federativo. Os municípios em dados.

(96%)¹⁷. A taxa média de crescimento está em torno de 2,53%¹⁸. Cerca de 40% da população está na faixa etária de 0 a 19 anos¹⁹.

A forte migração ocorrida nas últimas décadas do milênio se explica parte pela atração de ser capital e concentrar muitas atividades econômicas, parte pela situação do campo maranhense, palco de intensos conflitos agrários que expulsaram milhares de famílias da terra e palco também dos Grandes Projetos, que também contribuíram para retirar muitas famílias do campo.

Conforme o Observatório Criança²⁰, “o significativo fluxo de migração interna no Estado em direção a São Luís é uma estratégia de sobrevivência das famílias, em busca de uma vida melhor. Porém, seu estilo de vida e baixa qualificação profissional dificultam a inserção no mercado de trabalho da capital e não há infra-estrutura urbana suficiente para absorver o fluxo de pessoas que se deslocam para São Luís. Dadas essas condições, não resta a essas pessoas senão a inserção no mercado informal de trabalho e a moradia precária, sem acesso a saneamento básico e infra-estrutura adequada.”²¹

Essa explosão demográfica resultou numa expansão urbana desordenada. Conjuntos habitacionais, ocupações urbanas ‘irregulares’ e palafitas foram se multiplicando e causando profundos desequilíbrios ambientais²². Apenas 54,2% dos municípios tem esgoto sanitário, enquanto 75,7% são atendidas com coleta de lixo e 80,4% possuem abastecimento de água potável²³.

A maioria dos moradores de São Luís é pobre, afrodescendente e excluída. Sem muita escolaridade e quase nenhuma oportunidade, permanece sub-empregada ou submetida a empregos insalubres e mal remunerados. O IDH²⁴ ainda é abaixo de 0,800. Em 1991 era de 0,720 e em 2000, de 0,778. O PIB²⁵ *per capita* era da ordem de R\$ 4.650,04 em 2000 e a esperança de vida ao nascer era de 69,2 anos naquele mesmo ano²⁶.

Esta é a realidade de muitos outros centros urbanos do chamado Terceiro Mundo. Nesse palco, as famílias se desestruturam e as crianças e adolescentes são lançados/as precocemente na dura realidade de terem que lutar para sobreviver, algumas vezes incentivados pela família. São lançados no espaço da rua, que lhes oferece o entretenimento, a ocupação, as relações e o aprendizado.

Do ponto de vista político-institucional, o município vem sendo administrado pelo mesmo grupo político, o PDT²⁷, há quase duas décadas. De certa forma, isso permite um planejamento de médio e longo prazo nos diversos setores.

Na segunda metade da década passada, o município transferiu a atribuição de coordenação da política de assistência social para uma fundação, denominada Fundação Municipal da Criança e da Assistência Social - FUMCAS. Anteriormente a essa medida, o órgão chamava-se Fundação Criança-Cidadão e representava uma certa priorização da política de

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Site da Prefeitura Municipal de São Luís: www.saoluiz-ma.gov.br. O município.

²⁰ O Observatório Criança é uma iniciativa conjunta do CEDCA e do CDMP voltada para o monitoramento permanente dos indicadores sociais de crianças e adolescentes no Maranhão. A professora Cândida da Costa, em sua entrevista, chama a atenção para a idéia de que o Observatório Criança seja assumido como uma estratégia operacional e política. Por um lado, apresente dados e denúncias e por outro seja um instrumento de pressão sobre o Legislativo e o Executivo.

²¹ Costa, Cândida da (org). Observatório Criança: Acompanhando a situação dos direitos da criança e do adolescente no Maranhão de 1998 a 2002. São Luís/MA: CEDCA; CDMP, 2005.

²² GOMES, Conceição de Maria T. Degradação ambiental e qualidade de vida em São Luís: a ocupação dos manguezais por palafitas no bairro da Camboa. Mimeo.

²³ IBGE, Censo 2000. Citado no Site do BNDES. Banco Federativo. Os municípios em dados.

²⁴ Índice de Desenvolvimento Humano.

²⁵ Produto Interno Bruto.

²⁶ IBGE, Censo 2000. Citado no Site do BNDES. Banco Federativo. Os municípios em dados.

²⁷ Partido Democrático Trabalhista.

atendimento voltada a esse segmento. Com a criação da FUMCAS ocorreu também o início de um trabalho dirigido para as famílias das crianças e adolescentes atendidas.

Ainda no plano institucional cabe destacar a estruturação dos mecanismos de garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Em São Luís, temos o funcionamento efetivo do Conselho Municipal dos Direitos, de cinco Conselhos Tutelares e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Esses instrumentos têm assegurado avanços importantes na formulação e na implementação das medidas de atendimento.

Uma ampliação do olhar para o Maranhão é importante para mostrar vários contrastes que incidem sobre a forte migração de famílias para São Luís, que em geral vão engrossar as periferias e pressionar para baixo os indicadores sociais e econômicos da capital.

O Maranhão possui os piores indicadores sociais dentre todos os estados brasileiros. Segundo o Observatório Criança, "a persistência dos piores indicadores sociais no Maranhão é resultado, obviamente, de um baixo investimento em políticas sociais, do pequeno nível de coordenação das ações nas diversas esferas administrativas e, ainda, da incapacidade destas políticas sociais para solucionar carências transitórias e estruturais, modificar as condições ambientais e sociais em que se desenvolve a pobreza e capacitar as pessoas para que possam ser atores ativos para transformar suas vidas e a de suas famílias."²⁸

No Estado, cerca de 68% das famílias vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, ganham menos de ½ salário mínimo *per capita*. O IDH no Maranhão chegou a 0,647 no ano 2000²⁹. A mortalidade infantil mantém-se na casa dos 46,3 por mil, quando a média nacional era de 27,8 por mil em 2002³⁰. Para outros dados sobre os Indicadores Sociais do Maranhão, ver o anexo 1.

6. Dados sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís

Desemprego estrutural, baixa qualificação de mão-de-obra, baixíssima remuneração de atividades não especializadas, alto custo de vida, precária infra-estrutura nas áreas de periferia, desestruturação familiar, violência doméstica, serviços públicos ineficientes... estão entre os fatores que geram ou predisõem à situação de rua.

As crianças e adolescentes em situação de rua estão envolvidas geralmente com perambulação, mendicância, trabalho precoce e exploração sexual. Drogadição, abuso e exploração sexual, gravidez precoce, exploração do trabalho infantil, atos infracionais, gangues, evasão e insucesso escolar, fragilidade dos vínculos familiares e comunitários... são algumas repercussões dessa situação de vulnerabilidade social a que estão expostas milhares de crianças e adolescentes em São Luís e outros centros urbanos do país.

As pesquisas no Brasil mostram que a maioria das crianças e adolescentes em situação de rua é do sexo masculino, está na faixa etária de 7 a 14 anos, é parda ou negra e sua origem é de famílias das periferias dos grandes centros urbanos³¹. Esses dados se confirmam nas diversas pesquisas realizadas em São Luís.

Em 1991, dados sistematizados pelo Projeto Estrela da Rua em dezoito localidades de São Luís, apontaram um universo que varia entre 1.322 e 1.488 pessoas. A grande maioria de meninos (88,8%). Estudo posterior, realizado pelo IPES/CBIA³² em 1994, identificou nas ruas

²⁸ Costa, Cândida da (org). Observatório Criança: Acompanhando a situação dos direitos da criança e do adolescente no Maranhão de 1998 a 2002. São Luís/MA: CEDCA; CDMP. 2005.

²⁹ Novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2002.

³⁰ IBGE/PNAD 2002. Citado em Rede de Monitoramento Amiga da Criança. "Um Brasil para as crianças: a sociedade brasileira e os objetivos do milênio para a infância e a adolescência". Brasil, agosto de 2004.

³¹ Maria Inês Gandolfo Conceição & Maria Fátima Olivier Sudbrack. Estudo Sociométrico de uma Instituição Alternativa para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Construindo uma Proposta Pedagógica.

³² IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. CBIA – Centro Brasileiro pela Infância e da Adolescência.

de São Luís 3.266 crianças e adolescentes. Segundo pesquisa do Observatório Criança, no final de 2003 havia cerca de 500 meninos e meninas em situação de rua em nossa cidade^{33,34}.

Crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís – por sexo

ANO	MENINOS	MENINAS	TOTAL
1991	1.322	166	1.488
1994	2.649	617	3.266
2003	269	94	363

Fontes: Projeto Estrela da Rua (1991), IPES/CBIA (1994) e Observatório Criança (2003)

As diversas pesquisas mostram que as crianças e adolescentes em situação de rua desenvolvem atividades como trabalhadores informais, pedintes nas vias públicas ou perambulando.

Os principais locais de concentração das crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís não sofreu muita alteração na última década. Geralmente eles e elas são encontradas nas feiras e mercados, nos semáforos, nas áreas de bares e nas praias. Também é frequente sua presença em locais de grande movimentação, trabalhando ou pedindo. Destacam-se nas pesquisas: Alemanha, Cohab e Forquilha, São Cristóvão, São Francisco-Renascerça, Praça Deodoro, Mercado Central e Praia Grande/Reviver, Ceasa e Areinha (Távola Center).

As situações de trabalho predominam nas feiras, no centro da cidade (Praça Deodoro e Reviver) e no bairro São Francisco. Os semáforos da Cohab, do Edifício Távola Center e o da Forquilha também aparecem na preferência. A maioria das crianças e adolescentes indica estar nas ruas para ajudar no sustento da família. A maior concentração do trabalho precoce está no comércio informal.

Crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís – por atividade

ATIVIDADE	% em 1991	% em 1994	% em 2003
Trabalhando	71,7	62,3	79
Brincando	3,4	17,6	-
Perambulando	18,8	14,0	13,5
Outras situações	6,1	-	6,6

Fontes: Projeto Estrela da Rua (1991), IPES/CBIA (1994) e Observatório Criança (2003)

A maior parte das CASR em São Luís estão na faixa etária entre 05 e 14 anos. Para efeito de demonstração, apresentamos os dados referentes à pesquisa de 2003:

Crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís – por faixa etária³⁵

Faixa etária	Trabalhando		Perambulando		Mendigando		Total	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
5 a 10 a	60	40	5	1	9	4	74	45
11 a 14 a	96	29	20	6	9	2	125	37
15 a 18 a	60	5	10	7	-	-	70	12
Subtotal	216	74	35	14	18	6	269	94
Total	290		49		24		363	

Fonte: Observatório Criança (2003)

³³ Costa, Cândida da (org). Observatório Criança: Acompanhando a situação dos direitos da criança e do adolescente no Maranhão de 1998 a 2002. São Luís/MA: CEDCA; CDMP. 2005. Das 523 CA identificadas, apenas 363 foram entrevistadas.

³⁴ Incluindo o número total de crianças e adolescentes notificados pela DRT no período, a situação de trabalho torna-se ainda mais significativa: são 446 crianças e adolescentes trabalhadores, representando 85% do universo de 523 crianças e adolescentes em situação de rua no período.

³⁵ Costa, Cândida da (org). Observatório Criança: Acompanhando a situação dos direitos da criança e do adolescente no Maranhão de 1998 a 2002. São Luís/MA: CEDCA; CDMP. 2005.

Em relação à raça/etnia, a maioria das CASR³⁶ entrevistados em 2003 declara-se como negros ou pardos/mulatos, confirmando a tendência apontada nas pesquisas nacionais.

Crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís – por cor/raça/etnia³⁷

Cor/raça/etnia	Masc.	Fem.	Total
1. Branca	55	26	81
2. Negra/preta	80	22	102
3. Oriental	1	-	1
4. Parda/mulata	115	41	156
5. Indígena	1	-	1
6. Sem resposta	17	5	22
Total	269	94	363

A maioria das CASR em São Luís possui famílias, com as quais ainda mantém vínculo. Os resultados apontados pela Rede Amiga da Criança referentes à retirada das crianças e adolescentes mostra essa proporção, pois das 1.384 que deixaram de vivenciar a situação de rua nos últimos 2 anos, apenas 111 foram referidas como moradoras de rua. Na pesquisa de 2003³⁸, apenas 23 CASR declararam estar morando na rua. O principal motivo declarado pelas CASR para morarem nas ruas é a violência doméstica. No caso das CASR que possuem vínculos familiares, os motivos declarados para estarem nas ruas são a violência doméstica, a desestruturação familiar e a baixa renda familiar. A maioria indicou estar nas ruas para ajudar no sustento da família.

Quanto à escolaridade, quase 50% das CASR entrevistadas na pesquisa em 2003 apresentaram distorção idade série. 20% relataram ter abandonado os estudos. 36% do total de crianças e adolescentes em situação de rua estavam inseridas em Programas sociais, a maioria nos Programa Bolsa-Escola e PETI³⁹.

Foram registradas nos relatos 404 ocorrências de violência doméstica contra crianças e adolescentes, com maior incidência nos casos de surra, castigo e espancamento. 100 crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino que declararam sofrer violência nas ruas, sendo os principais agressores os policiais e as gangues. No caso das meninas, encontrou-se ainda um número significativo de vítimas de violência sexual.

No universo pesquisado em 2003, apenas adolescentes entre 15 e 18 anos, indicaram ter praticado atos infracionais. 15% das CASR declararam usar drogas, a maioria entre os meninos.

Dados divulgados pela Rede Amiga da Criança dão conta de que 1.384 crianças e adolescentes deixaram de vivenciar a situação de rua nos últimos dois anos⁴⁰. Apesar desse resultado, a situação de rua ainda está incorporada à paisagem de São Luís. Depoimentos de integrantes da Rede mostram que desde a sua implantação esse número permanece constante, sendo que há variação apenas de quem são as crianças e adolescentes que se encontram nessa situação.

Uma amostragem feita a título de demonstração para esta análise, identificou entre os dias 22 e 23 de julho, a presença de 53 CASR nas seguintes localidades: Forquilha/Cohab, São Cristóvão, Renascença, Benedito Leite, Areinha (Távola Center), Mercado Central e Praça Deodoro. Foram observados/as 44 meninos e 9 meninas, variando entre 06 e 20 anos. A grande maioria (80%) são trabalhadores. Cerca de 25% relataram estar inseridos em algum programa de assistência.

³⁶ Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.

³⁷ Idem.

³⁸ Os dados a seguir foram extraídos do Observatório Criança. Acompanhando a situação dos direitos da criança e do adolescente no Maranhão de 1998 a 2002. São Luís/MA: CEDCA; CDMP. 2005.

³⁹ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

⁴⁰ Relatórios Anuais da Rede Amiga da Criança 2003 e 2004.

7. Iniciativas no enfrentamento ao fenômeno de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís

A situação de rua sempre desafiou o movimento em defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Maranhão. As primeiras iniciativas deram-se com a criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com a Casa de João e Maria e o Lar Dom Calábria. A partir dessa movimentação surgiram o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini; o Projeto Estrela da Rua, direcionado para a educação de rua; o Fórum DCA⁴¹; os Conselhos estadual e municipal dos direitos, e o conselho tutelar⁴².

No período de surgimento dessas iniciativas o quadro de violação dos direitos de crianças e adolescentes era difuso e chamava a atenção o tratamento dispensado às crianças e adolescentes pelos programas governamentais, por instituições como a FEBEM⁴³ e pela polícia.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990 como regulamentação do Artigo 227 da Constituição Federal, surge como resposta à situação de rua, entre outras formas de violação e violência contra as crianças e os adolescentes.

A partir do ECA a articulação das pessoas e organizações ligadas à área da infância e da adolescência ganha outra dimensão, assumindo como desafios a efetivação dos mecanismos legais de proteção, como as conferências e os conselhos dos direitos e tutelares; a adoção ou reordenamento das políticas de atendimento às crianças e adolescentes; e a sensibilização dos operadores das políticas públicas e da sociedade em relação ao conteúdo do ECA.

O ECA gerou também a ideia de um Sistema de Garantia dos Direitos⁴⁴, como um conjunto de ações articuladas entre os diversos atores que são responsáveis pela promoção, defesa e controle social dos direitos de crianças e adolescentes.

Progressivamente, estes espaços e iniciativas provocaram outros olhares e posturas frente à problemática dos direitos de crianças e adolescentes. De certo modo, passou-se à compreensão de que era preciso conjugar as iniciativas no campo institucional com outras no campo social.

A segunda metade da década de 1990 é marcada pela expansão da área de abrangência na atuação pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A agenda das articulações, através dos fóruns DCA's e de algumas organizações-referência, tais como o CDMP⁴⁵, o CMDCA⁴⁶, o CEDCA⁴⁷ e a FUMCAS, passa a incorporar as novas temáticas trazidas à cena política e institucional e muitas organizações inserem em seu planos de ação iniciativas e medidas concretas frente à violência sexual, ao trabalho infantil, aos maus tratos, à emasculação de meninos, aos atos infracionais e à situação de rua.

Em 1996, o Fórum DCA de São Luís provocou a incorporação de lideranças do movimento à frente de vários órgãos e programas municipais que tratam das políticas de atendimento às crianças e adolescentes, possibilitando uma releitura e uma redefinição da atuação governamental. Novos programas de atendimento foram criados e várias articulações intersetoriais foram desencadeadas, a exemplo do Programa Bolsa-Escola e do PETI. Houve também uma mudança no enfoque, incorporando-se a tese de que o trabalho direto com as crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal exigia também uma ação com as suas famílias.

A campanha "Diga não ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes", desencadeada em 1997, representou uma intensa experiência de articulação entre muitos atores

⁴¹ Fórum em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Maranhão.

⁴² Atualmente, funcionam em São Luís 5 conselhos tutelares: Centro, Itaqui-Bacanga, Cidade Operária, Coroadinho e Vila Luizão.

⁴³ Fundação do Bem-Estar do Menor.

⁴⁴ Conforme elaborações de Vanderlino Nogueira Neto e Eliana Augusta de Carvalho Athayde, apresentadas em vários eventos promovidos pelo movimento em defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Maranhão.

⁴⁵ Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini.

⁴⁶ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

⁴⁷ Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

sociais no enfrentamento de um problema social específico e que tem mantido estes e outros atores articulados⁴⁸.

A consolidação do CMDCA e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente também foram fatores importantes para a expansão da área de abrangência do movimento em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A partir da adoção de critérios mais precisos para o financiamento às ações dirigidas a esse segmento, ampliou-se o comprometimento de várias organizações e assegurou-se uma maior capilaridade às ações. Inúmeras iniciativas de caráter filantrópico ou assistenciais foram incorporadas ao movimento, ganhando outro sentido.

No ano 2000, o CMDCA decidiu pela prioridade da situação de rua, direcionando 75% dos recursos do Fundo Municipal para ações direcionadas a essa temática. Com a criação da Rede Amiga da Criança, esse percentual passou a ser repassado a projetos das instituições integrantes da Rede.

A passagem do milênio foi marcada pela emergência de outras articulações em fóruns, redes ou projetos interinstitucionais⁴⁹. É o caso do Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil, do Projeto Rompendo o Silêncio e da Rede Amiga da Criança. O cenário atual é, portanto, radicalmente distinto do que existia na década de 1980 até inícios da década de 1990. Multiplicaram-se as iniciativas e as organizações; gestaram-se parcerias e programas e projetos articulados; desabrocharam temáticas; ampliou-se o universo de crianças e adolescentes atendidos diretamente; enfim, a questão dos direitos de crianças e adolescentes incorporou-se definitivamente ao panorama institucional e social.

O Projeto Estrela da Rua

O Projeto “Estrela da Rua” foi desenvolvido entre agosto de 1991 a novembro de 1993⁵⁰. Ele representa um marco na trajetória do movimento em defesa dos direitos de crianças e adolescentes por dois motivos:

- 1) foi o gesto mais ousado em defesa das crianças e adolescentes do seu período histórico;
- 2) gerou as condições para uma intervenção continuada de organizações governamentais e não-governamentais em torno da problemática de crianças e adolescentes em situação de rua numa perspectiva pedagógica.

A partir do Projeto “Estrela da Rua” essa problemática deixou de ser encarada apenas como estatística ou como caso de polícia e passou ser considerada como uma área de políticas públicas e de educação social. Os educadores passaram a atuar no próprio ambiente no qual os meninos e meninas constroem suas referências, não apenas no ambiente físico mas também no universo simbólico que se estrutura neles e nelas e no seu entorno. Esse contato direto com as “veias abertas” da situação de rua mudou a percepção dos educadores, das lideranças das organizações, dos gestores públicos e das próprias crianças e adolescentes.

O êxito do Projeto “Estrela da Rua” é relacionado pelos educadores e técnicos com o fato de a maioria das crianças e adolescentes atendidas pelo projeto terem saído das ruas naquele

⁴⁸ Dessa campanha resultou o livro “Rompendo o Silêncio”, organizado pelo autor deste texto e que se tornou uma referência nacional para a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Também resultou o Projeto Rompendo o Silêncio, inicialmente articulado pelo CDMP e que ganhou amplitude, estando prestes a se tornar um Programa Interinstitucional.

⁴⁹ A esse respeito, consultar o anexo 4.

⁵⁰ Conforme o documento de sistematização da experiência da Rede Amiga da Criança, coordenada por Maria Jacinta da Silva e publicada em 2003, a emergência do Projeto “Estrela da Rua” se deu num contexto em que muitas “crianças e adolescentes perambulavam, trabalhavam, esmolavam ou eram exploradas sexualmente nas áreas da Rua Grande, do Terminal Rodoviário, da Praça Deodoro, Portinho e Praia Grande... A situação deles se caracterizava pela pobreza, pela fragilidade ou ausência de vínculos familiares e afetivos, falta de acesso à escola, necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência, exploração de seu trabalho, uso e abuso de drogas, envolvimento em atos infracionais e pela violência policial, com agressões físicas e prisões arbitrárias”.

período. A partir do “Estrela da Rua” a situação de rua passou a ser vista sob a ótica da violação dos direitos das crianças e adolescentes, tanto pelas instituições de atendimento quanto pelo conjunto das organizações da área e pelos setores públicos.⁵¹

Projeto Construindo Cidadãos

O trabalho direto com as crianças e adolescentes em situação de rua prosseguiu por toda a década de 1990, assumido pela FUMCAS e pela FUNAC⁵², como órgãos governamentais, e por várias organizações da sociedade civil. A partir da segunda metade da década de 90, as duas instituições públicas citadas acima passaram a desenvolver um projeto de educação social de rua, intitulado “Construindo Cidadãos”. Seu objetivo é a abordagem e identificação de CASR por educadores sociais.

Inicialmente, cada instituição possuía uma coordenação mas a equipe de educadores atuava de forma integrada. Depois, por questões políticas, cada instituição ficou atuando em áreas geográficas distintas. A partir da criação da Rede Amiga da Criança optou-se pela estratégia de que apenas a FUMCAS⁵³ seja responsável pela educação social de rua. Um avanço importante é que atualmente a Prefeitura assume integralmente a remuneração dos educadores de rua. Também

Em 2003, o projeto retirou das ruas 236 crianças da situação de rua e atendeu 137 famílias. Em 2004, retirou mais de 200 crianças e adolescentes e acompanhou 110 famílias⁵⁴.

Outras iniciativas da FUMCAS e da Prefeitura são complementares ao Projeto Construindo Cidadãos. Entre elas destacam-se o projeto Circo Escola, o projeto Abrigando Crianças e Adolescentes, o projeto Recriando o Lúdico e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em parceria com o governo federal.

Em 2004, o projeto Circo Escola atendeu 117 crianças e adolescentes em situação de rua através de oficinas de arte circense, dança e outras atividades pedagógicas, culturais e esportivas. Garante também o acompanhamento às famílias. O projeto Abrigando Crianças e Adolescentes atendeu 229 crianças e adolescentes que estão com os laços familiares fragilizados, órfãos ou abandonados. E o projeto Recriando o Lúdico atendeu 298 famílias e 498 crianças, desenvolvendo a auto-estima e a sociabilidade a partir de atividades lúdicas e recreativas. O PETI atendeu 4.141 crianças e adolescentes em 2004 e passou a atender 6.974 em 2005, na faixa de 07 a 15 anos, em 52 pólos urbanos e rurais⁵⁵.

Ainda é interessante destacar a presença das secretarias de educação e de saúde na Rede Amiga da Criança, o que facilita o acesso das CASR aos serviços de educação e saúde. Atualmente, tornou-se mais fácil garantir a inserção dessas crianças e adolescentes na escola, independente do período.

Rede Amiga da Criança

A Rede Amiga da Criança é uma articulação interinstitucional constituída no ano 2000 e que envolve atualmente 24 organizações governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes em São Luís. O foco de atuação da Rede Amiga é a criança e o adolescente em situação de rua, com ênfase para a garantia de atendimento qualificado a essas pessoas e para o restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários. O impulso para sua

⁵¹ SILVA, Maria Jacinta da (org). Rede Amiga da Criança: uma experiência de articulação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua. São Luís: Unicef, Fondation Terre des Hommes; Rede Amiga da Criança. 2003.

⁵² Fundação da Criança e do Adolescente.

⁵³ A FUMCAS atua nas áreas da Cohab, São Francisco/Renascença, Centro (Rua Grande e Reviver), Arcinha (Távola Center) e Terminal da Integração. Conforme informado no site da Prefeitura Municipal de São Luís. www.saoluis-ma.gov.br. Os programas e projetos.

⁵⁴ Site da Prefeitura Municipal de São Luís. www.saoluis-ma.gov.br. Os programas e projetos.

⁵⁵ Idem.

constituição foi a chegada da Terre des Hommes em São Luís, que funciona como Unidade de Apoio.

Essa articulação é formalizada através de Protocolos de Intenções nos quais cada organização assume compromissos específicos. O caráter inovador da Rede Amiga da Criança é a definição de responsabilidades e a potencialização das iniciativas de cada organização, estimulando a construção de parcerias em torno de iniciativas concretas.

Evolução da Rede Amiga da Criança

Protocolos	Ano	Número de Organizações
1º	2000	15
2º	2001	20
3º	2003	24
4º	2005	24

Fonte: Protocolos de Intenções da Rede Amiga da Criança

A metodologia aplicada pela Rede Amiga da Criança combina vários elementos: análise de situação, planejamento estratégico, protocolo de intenções entre as organizações, projetos articulados, diálogo entre sociedade civil e poder público, atendimento direto a crianças e adolescentes e a suas famílias, organização de retaguardas, comunicação social, avaliação contínua e produção de conhecimentos.

A organização em rede fortalece o trabalho das entidades e otimiza a utilização dos recursos, garantindo um maior alcance e qualidade do atendimento às CASR⁵⁰. Um exemplo disso é o investimento na formação dos educadores e técnicos, que passaram a ter uma maior identificação com as crianças e adolescentes.

A Rede Amiga adota a estratégia de desenvolver projetos articulados que são voltados para atender demandas das crianças, dos adolescentes e famílias do conjunto da rede. Alguns projetos já foram concluídos: Rede Amiga em Ação (capacitação de educadores/as e famílias); Jovem Ombudsman (capacitação de adolescentes em diversas áreas de comunicação); Repórter em Situação de Rua (livro-reportagem abordando temáticas da vida de meninos e meninas nas ruas de São Luís). E vários estão em execução atualmente: Acolher (fortalecimento de vínculos familiares e comunitários); Saber Viver (formação de educadores para prevenção à violência sexual); Escola de Informática e Cidadania (inclusão social, através das tecnologias da informação); Eterno Aprendiz (formação continuada) e Protagonismo em Rede (formação com crianças e adolescentes, técnicos/as e dirigentes para consensuar um conceito de protagonismo).

Outra dimensão da atuação da Rede Amiga é a busca de interfaces com outros fóruns e redes. Diretamente ou através das entidades que a integram, a Rede está presente no Fórum Estadual dos Direitos Humanos, nos conselhos municipal e estadual dos direitos das crianças e dos adolescentes, no Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil, no Projeto Rompendo o Silêncio e nos comitês de monitoramento dos planos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Os diversos relatórios anuais da Rede Amiga da Criança registram que foram atendidas diretamente mais de dez mil crianças e adolescentes em São Luís. Esse número indica que, embora o foco de intervenção da Rede seja a situação de rua, esse trabalho se amplia para o universo das crianças e adolescentes que, por sua condição sócio-econômica, estão prestes a ser lançadas na situação de rua.

A implantação de vários programas e projetos de caráter governamental, alguns em parceria com as organizações sociais, têm contribuído muito para a ampliação do alcance das iniciativas da Rede, como é o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o

⁵⁰ Na entrevista com Eliana Almeida, foi destacado que “quando se consegue trabalhar em rede é sinal que houve um amadurecimento institucional”.

Programa Bolsa-Escola, ambos financiados pelo governo federal e assumidos pelo governo municipal.

Atuação do CMDCA frente à situação de rua

O CMDCA sempre adotou a situação de rua como um dos seus eixos de intervenção. O seminário realizado em março de 2000, que desencadeou a criação da Rede, foi uma iniciativa do Conselho. O objetivo do seminário era analisar a situação das crianças e adolescentes e definir prioridades para os investimentos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente.

A partir de então, o CMDCA deliberou que 75% dos recursos do fundo seriam destinados para o apoio a ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua. Com o surgimento da Rede Amiga da Criança, esses recursos passaram a financiar projetos das organizações ligadas à Rede.

O CMDCA integra a Rede Amiga da Criança desde o seu início, assumindo como competências: deliberar e monitorar a execução de políticas públicas de saúde, educação e assistência social; destinar recursos para a Rede; e monitorar as ações implementadas pelas organizações integrantes da Rede⁵⁷.

Como exemplo dessa prioridade assumida pelo CMDCA podemos citar o atual concurso de projetos de organizações governamentais e não-governamentais a serem apoiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís, no qual são previstos recursos específicos para projetos voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua.

8. Resultados obtidos pela Rede Amiga da Criança no período de 2000/2005

Os principais resultados⁵⁸ obtidos no enfrentamento ao fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua podem ser agrupados conforme segue:

- Retirada das crianças e adolescentes das ruas, com o restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Atendimento permanente às crianças e adolescentes em situação de rua através das organizações governamentais e não governamentais, através de abrigos, atividades sócio-recreativas e pedagógicas, cursos profissionalizantes e outras;
- Inserção das crianças e adolescentes em situação de rua nas escolas e em cursos de qualificação profissional;
- Sensibilização das crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, com formação como multiplicadores entre outras crianças e adolescentes;
- Maior acesso das crianças e adolescentes em situação de rua aos serviços públicos;
- Formação dos educadores sociais de rua;
- Fortalecimento da articulação entre as organizações integrantes da Rede Amiga da Criança;
- Fortalecimento da participação e da organização das crianças e adolescentes em situação de rua por dentro das organizações integrantes da Rede;
- Referência da Rede Amiga da Criança junto à mídia e a outras organizações no que se refere às crianças e adolescentes em situação de rua;
- Implementados vários projetos articulados entre diversas organizações da Rede Amiga da Criança.

⁵⁷ Site da Rede Amiga da Criança. www.redeamigadacrianca.org.br.

⁵⁸ Em relação aos dados quantitativos, consultar o anexo 5.

A instrumentalização se dá através de atendimentos especializados nas áreas social, familiar, psicológica, preventiva e terapêutica familiar e de capacitação profissional. As sessões de atendimento terapêutico baseiam-se no processo de respeito às individualidades e peculiaridades familiares, com diálogo, estudo de casos, palestras, treinamentos, orientações individuais e familiares, visitas domiciliares e abordagem corporal.

Dentro dessa especificidade é inegável a importância do acolhimento como instrumento fundamental, em qualquer ação que seja direcionado ao público alvo da UNAF. O acolhimento se faz muito presente em todas as ações da equipe, iniciando um novo processo entre funcionário e usuário, encorajando mudança no relacionamento entre a Instituição e o cidadão usuário.

Ação: 2843 APOIO PSICOSSOCIAL ÀS FAMÍLIAS

Finalidade: Prestar apoio social às famílias, visando a melhoria das relações entre os membros e a promoção social.

Meta Prevista: Atender 1430 famílias de crianças e adolescentes acompanhados nas Unidades, Programas e Projetos.

Meta alcançada: 88,6% (1.267 famílias)

Em 2005, a Unidade de Atendimento à Família -UNAF, realizou atendimentos psicológicos, sociais e terapêuticos familiar 268 famílias, procedentes dos abrigos, unidades de internação e demais entidades parceiras, 27 famílias na Escola de Pais e nos bairros de Vila Embratel, Liberdade e Vila Passos, foram realizadas terapias comunitárias que contou com 335 participantes, através do Projeto Acolher. Destaca-se ainda a realização do X Encontro de Famílias dos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, com 80 participantes oriundos de 32 municípios do Estado, oportunizando momentos de reflexão, vivências, terapias, palestras educativas e convivência com os filhos.

Os trabalhos com famílias voltaram-se para o caso de violência doméstica extra familiar, destacando-se a violência doméstica física, com 28 casos e abuso sexual com 26 casos. Destaca-se ainda a realização do VII Encontro de Pais da UNAF com a participação de 60 famílias, possibilitando uma reflexão dos pais sobre limites e disciplina no processo educativo dos filhos. O V Festival de Famílias, com 287 participantes visando o fortalecimento das relações sociais e familiares.

Nas unidades fonte do Bispo e UNAF, bem como, no auditório da Maternidade Benedito Leite e Rede Amiga da Criança, foram realizadas 09 oficinas de vivências com a participação de 210 pessoas.

Ação: 2844 ATENDIMENTO A ADOLESCENTE EM CONFLITO COM LEI

Finalidade: Proporcionar o atendimento bio-psicossocial e jurídico ao adolescente, visando à formação de jovens solidário, autônomos e competentes em seus aspectos pessoal, social, produtivo e coquetivo.

Meta Prevista: Atender 2510 adolescentes em conflito com a lei



Meta Alcançada: 50,5% (1.269 adolescentes envolvidos em atos infracionais)

No âmbito do atendimento Sócio-Educativa, presta atendimento a adolescentes como medidas restritivas ou privativas de liberdade, desenvolvem suas atividades em Imperatriz e em São Luís.

Quanto à medida sócio-educativa em meio aberto de Liberdade Assistida, desenvolve em conjunto com a Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS em São Luís, uma experiência de Gestão Compartilhada, com vistas à descentralização administrativa. E em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, são atendidos adolescentes no cumprimento de Liberdade Assistida, por estudantes universitários, enquanto estágio curricular.

As Unidades e Programas sob a gestão da FUNAC, para atender às Medidas Sócio-Educativa, estão em 08 locais assim relacionados:

NÚMERO DE ADOLESCENTE ATENDIDOS NAS UNIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS

UNIDADES DE ATENDIMENTO	MEDIDA ATENDIMENTO	CAPACIDADE MÊS	Nº DE SLZ	Nº DE IMPER AT.	TOTAL
1 UNIDADE ASSISTÊNCIA SOCIAL CENTRO INTEGRADO	ATENDIMENTO INICIAL	45	657	135	792 +
POLO DE LIBERDADE ASSISTIDA	ATENDIMENTO MEIO ABERTO		16	-	16
5 CENTRO DA JUVENTUDE ESPERANÇA	INTERNAÇÃO MASCULINA	40	143	-	143 +
4 CENTRO DA JUVENTUDE FLORESCE	INTERNAÇÃO FEMININA	10	15	-	15
3 CENTRO DA JUVENTUDE NOVA JERUSALÉM	SEMILIBERDADE MASCULINA	20	26	-	26
CENTRO A JUVENTUDE CIDADÃ	SEMILIBERDADE	08	-	08	08
2 CENTRO A JUVENTUDE CANAÃ	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA	20	191	-	191
CENTRO A JUVENTUDE SEMEAR	INTERNAÇÃO PROVISÓRIA	20		79	79 +
TOTAL	GERAL		1047	222	1269

CENTRO INTEGRADO

PLANTÃO INTERINSTITUCIONAL - SÃO LUÍS

O Centro Integrado de São Luís, reúne órgãos que têm autonomia e competências específicas e funciona através de uma estrutura administrativa que sem estabelecer hierarquia ou subordinações inadequadas, possibilita a articulação dos setores



promovendo a agilização no atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Representa a porta de entrada do sistema sócio-educativo, e pressupõe a existência de outros programas capazes de viabilizar o adequado encaminhamento dos casos apresentados, e se fazem necessários para a execução das medidas sócio-educativas e protetivas aplicáveis após apuração do ato infracional praticado por adolescentes. Atualmente funciona ininterruptamente com a Polícia Civil (Delegacia do Adolescente Infrator) em regime de plantão.

Os demais órgãos integrantes do Centro Integrado têm suas atividades desenvolvidas em conformidade com o expediente forense e outra modalidade do serviço público. Durante a permanência do adolescente no Centro Integrado, o atendimento é feito de acordo com os objetivos previstos e as condições disponíveis e se destina a garantir os direitos dos adolescentes apreendidos nos alojamentos da DAI, ou seja, promover o respeito à dignidade, apoio, orientações, suprimento das necessidades básicas de higiene, alimentação, medicamentos, vestuário entre outros de uso pessoal sempre que necessários.

✓ PÓLO DE LIBERDADE ASSISTIDA

No Pólo de Liberdade Assistida foram realizadas atividades na perspectiva de fazer com que os adolescentes retornassem ao Programa, o que para tanto, retornamos contatos com os adolescentes e seus familiares.

Dos 16 adolescentes atendidos três não foram matriculados, sendo um por ter sido assassinado, outro por ter viajado e outro por não termos conseguido junto a sua família a sua inserção na escola. Foram inseridos seis adolescentes em cursos profissionalizantes, com o objetivo de fomentar a participação em grupos e espaços da comunidade.

Na perspectiva de garantir o direito à saúde os adolescentes e familiares foram encaminhados para atendimento/acompanhamento no ambulatório do Hospital Universitário da UFMA. Esse atendimento estendia a atendimento integral à saúde com vistas a garantir o desenvolvimento físico e psico-social.

Para assegurar a participação efetiva da família e da comunidade na execução da medida foram realizadas oito reuniões com o grupo de pais e responsáveis com discussões de questões pertinentes à elevação da auto-estima o envolvimento responsável da família no cumprimento da medida na perspectiva de viabilizar um bom entrosamento do adolescente e da família na comunidade.

Os atendimentos aos adolescentes foram efetivados individualmente uma vez por semana. Os atendimentos grupais foram realizados uma vez por mês, onde os temas abordados foram: cumprimento de medidas, relações sociais, afetividade, etc.

✓ CENTRO DA JUVENTUDE ESPERANÇA

O CJE tem como objetivo principal oferecer atendimento psicossocial e jurídico a adolescente do sexo masculino, como faixa etária compreendida entre 12 a 21 anos submetidos à medida sócio-educativa de internação, determinada pela autoridade judiciária.

A clientela é bastante diversificada, e é importante frisar que o nível de escolaridade e renda familiar está aumentando, fato preocupante.

O atendimento da unidade ainda está concentrado em adolescentes que são procedentes do interior do estado, que são retirados de seu convívio familiar, dificultando o estreitamento de vínculos afetivos e a administração de comportamentos positivos que os ajudem a ser reintegrado em sua comunidade.

Desde a inserção do adolescente na Unidade, o atendimento inicial, que denominamos de acolhimento, repassa-se os encaminhamentos que a equipe acredita ser necessário para uma convivência harmoniosa com os demais adolescentes e com os servidores que constituem a equipe interdisciplinar da instituição. Frisamos a existência de uma diversidade de "universos", onde cada jovem se encontra e tem uma história de vida, com características pessoais diversas e que as condutas e ações negativas não devem se constituir como modelo a ser adotado.

Na Unidade são oferecidos cursos de iniciação profissional, contemplando-se as áreas de informática, jardinagem, grafite, cerâmica, minhocultura e artesanato, com o propósito de suscitar o interesse pela capacitação profissional e possibilidade de geração de renda.

CENTRO DA JUVENTUDE FLORESCE

O CJF tem como objetivo oferecer atendimento psicossocial e jurídico a adolescentes do gênero feminino, submetidas a medidas sócio-educativas de internação determinada pela autoridade judicial.

Em 2005, desenvolveu-se atividades pedagógicas, atendimento psicossocial, médico, familiar, jurídico, esporte e lazer, numa perspectiva de oferecer-lhes elementos essenciais de ressocialização e reconstrução dos laços afetivos, buscando assegurar seu retorno à convivência familiar e comunitária.

A oficina de artesanato "artes com as mãos" é um exemplo de atividade que consegue envolver a todos os servidores e adolescentes, tanto no processo de confecção, como na divulgação e compra de objetos confeccionados favorecendo o entrosamento, a parceria e percepção de que todos possuem habilidades. Os produtos confeccionados pelas adolescentes na oficina são divididos em duas partes, sendo 50% para comprar matéria prima e 50% para a adolescente que confeccionou o produto, que é repassado através de objetos pessoais e não do dinheiro em espécie. Obteve-se grande avanço no campo da profissionalização, visto que além de aumentar consideravelmente a sua produção, conseguiu estimular e motivar as adolescentes a participarem da oficina.

CENTRO DA JUVENTUDE NOVA JERUSALÉM

O CJNJ desenvolveu suas ações sócio-pedagógicas em conformidade com o ECA e o planejamento estratégico, no que se refere à execução da medida de semiliberdade que teve aplicação de um plano de atividades internas e externas de: educação, profissionalização, saúde, segurança, esporte, cultura e lazer, orientação psicossocial, atendimento jurídico, além de atendimento a familiar no sentido de manter ou restabelecer os vínculos familiares. Tendo como objetivo a formação do cidadão, vislumbrando a construção da autonomia que conduza ao protagonismo juvenil, incentivando-os a um processo constante de auto-avaliação, de modo a detectar seus avanços e necessidades, buscando assim, a ressocialização destes jovens/adolescentes.

O CJNJ atendeu 26 adolescentes. Destes 92,5% foram inseridos na rede oficial de ensino e na profissionalização com a garantia de cursos do Sest/Senat – Projeto Civil Voluntário, Cerâmica/Funac, Reciclagem de Papel/Funac, Padaria Escola/Funac e condutores de veículos. Diante deste contexto a equipe direcionou as ações visando desenvolver nos sócio-educandos, senso de identidade, auto-estima, autoconfiança e auto determinação. E atuar de forma criativa, construtiva, solidária, democrática e protagônica na solução de problemas reais, na Unidade, na família e na vida social.

CENTRO DA JUVENTUDE CIDADÃ

O CJC durante o ano de 2005, buscou desenvolver suas atividades pautadas por uma abordagem pedagógica, possibilitando demonstrar suas metodologia de atendimentos em

aspectos sócio-educativos visando à participação afetiva do adolescente enquanto agente transformador de sua própria realidade.

Embora a medida sócio-educativa de semiliberdade deva ser executada de forma a ocupar o adolescente em atividades educativas, de profissionalização, lazer, sob rigoroso acompanhamento e controle da equipe multidisciplinar do Centro. Foram desenvolvidas atividades programadas a partir do espaço sócio-familiar e comunitário do adolescente a fim de que não somente o programa como, adolescente e familiares, pudessem encontrar respostas mais aproximadas de suas reais necessidades, vista que a semiliberdade é uma medida sócio-educativa que estrutura sua intervenção em quatro eixos centrais: família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade.

CENTRO DA JUVENTUDE CANAÃ

O CJC é responsável pela medida cautelar de internação provisória, cujo prazo máximo que é de 45 dias, atendendo adolescentes do gênero masculino tanto da capital quanto dos demais municípios deste Estado, com exceção da cidade de Imperatriz que dispõe deste tipo de atendimento.

Em 2005, constatou-se um aumento no número de adolescentes de medida de internação provisória, onde no primeiro semestre registraram 92 internações e no segundo semestre foram computados 103. As infrações de roubo, homicídio e assalto permanecem um número alto encabeçado a lista de internações. Com relação aos homicídios, o número de adolescentes que cometem esse crime à maioria são do interior do estado.

Em São Luis, fica evidenciado um crescimento sistemático de cometimento de atos infracionais por adolescentes oriundos do bairro da Liberdade. Já dos municípios, São José de Ribamar continua a apresentar alto índice de infração, evoluindo de 8 registros em 2004, para 20 em 2005.

Nos atendimentos são utilizadas abordagens individuais e em grupos. A maioria dos adolescentes fazem parte de famílias com situação sócio-econômica deficiente, com laços afetivos fragilizados. Famílias sem referência paterna, ocasionando fragmentação dos limites indispensáveis ao crescimento emocional e social destes jovens.

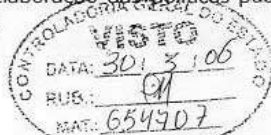
A conduta delitiva destes adolescentes acontece muitas vezes pela falta de ocupação produtiva na comunidade, abandono da escola, envolvimento com outros jovens igualmente desocupados como também envolvimento com drogas.

CENTRO DA JUVENTUDE SEMEAR

O CJS atendeu 214 adolescentes, sendo que destes 135 ficaram registrados no plantão interinstitucional, que após ser apresentado ao Ministério Público foram liberados para as famílias ou responsável. Desse total, somente 79 foram reapresentados pelo Ministério Público e encaminhados a cumprir medida cautelar de 45 dias em Imperatriz.

Considerando o caráter de provisoriedade que a medida cautelar tem, a equipe técnica e direção buscaram durante o ano de 2005, desenvolver ações através de acompanhamentos sistemáticos aos adolescentes e familiares com vista a esclarecer e orientar sobre os direitos e as garantias que a lei concede, sobre as medidas sócio-educativas que poderão ser aplicadas ao final do processo e quanto à importância do papel da família no que tange a reabilitação social, familiar e comunitária.

O Estatuto da Criança e do Adolescente elenca uma série de direitos e garantias individuais. Estes direitos devem estar contemplados na elaboração das políticas públicas que devem envolver os adolescentes em conflito com a lei.



AC
Folha n 37

Proc. 90
Folha 155
Mat. 13458
Rub. 40

ATENDIMENTOS REALIZADOS ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMÍLIAS BENEFICIÁRIOS DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA FUNAC EM 2005

Ata 135 Sandoval Carlos
Assessoria Setorial de
Finanças - RUA 13453

Todas as ações desenvolvidas visam promover a garantia de direitos infanto-juvenil, preconizados na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, desenvolvidas de forma articulada e em parceria com os órgãos executores das políticas sociais básicas e entidades da sociedade civil. Foram realizados **207.434** atendimentos.

5.235 Se constituíram os números dos atendimentos especializados realizados pela equipe técnica de profissionais da área de serviço social, psicologia e pedagogia, através dos quais se oportunizou a elaboração de um Plano de Atendimento Individual. No atendimento grupal foram trabalhados os grupos operativos, espaço de reflexão e discussão de temas de interesse dos adolescentes, bem como fomentando a participação dos mesmos.

5.069 Foram os atendimentos realizados para inclusão de crianças e adolescentes na Política Pública de Saúde, através dos serviços médicos, odontológico, internação hospitalar, vacinação e exames laboratoriais.

790 Atendimentos jurídicos aos adolescentes infratores quanto ao acompanhamento dos processos e orientações para o entendimento da execução das medidas sócio-educativas.

300 Foram os beneficiados através do atendimento escolar, quando houve uma preocupação em incluir crianças e adolescentes nas escolas oferecidas pela rede de ensino municipal e estadual.

3510 Crianças e adolescentes foram atendidas no processo de inclusão, através do engajamento de práticas de esporte, lazer, atividades recreativas e culturais que se realizaram nas Unidades da FUNAC e nas Comunidades circunvizinhas.

145 Adolescentes tiveram participação nos cursos de qualificação profissional e atividades que contribuíram para que desenvolvessem suas habilidades e competências profissionais.. Destacam-se os cursos de Artesanato em Cerâmica, Educação Alimentar, Manicure e Pedicure.

91 Incluídos no Trabalho Educativo através de convênio com o Estado para estágio nos órgãos de sua administração: SEDES, SINFRA, Assessoria de Comunicação do Governo, Casa Civil, Comissão Central de Licitação e Tribunal de Contas; por outro lado também foram conveniados com o setor privado através da Empresa AB Propaganda e Marketing.



FUNAC
Folha n. 38

Presidente
FUNAC-MA

Proc. 90
Folha 156
Mat. 3858

105 Bolsas de trabalho ofertadas aos adolescentes participantes dos grupos de produção que desenvolvem suas habilidades, nas Unidades de Profissionalização e Produção e na Reciclagem de Papel.

190.572 Atendimentos às necessidades básicas de nutrição, vestuário e higiene pessoal.

1.617 Atendimentos às famílias no propósito de reintegrar e fortalecer as relações familiares.

PARCERIAS

Como estratégia para otimizar os recursos e sabedores da incompletude institucional da FUNAC, a quem cabe articular ações no âmbito dos órgãos gestores das Políticas Públicas e do Sistema de Garantia de Direitos, temos buscando permanentemente a integração com outros órgãos no sentido de viabilizar os serviços e os materiais indispensáveis à garantia dos direitos das crianças e adolescentes sob responsabilidade desta Fundação. Nesse sentido foram empreendidas parcerias significativas, dentre as quais destacamos:

Nº	Instituição Parceira	Ações Desenvolvidas
01	Governo Federal/ Secretaria Especial de Direitos Humanos	Aprovação dos projetos apresentados pela fundação para melhoria do trabalho junto aos adolescentes em conflito com a lei: Projeto Reforma do centro da Juventude esperança – R\$219.172,00 Projeto:Qualificação pedagógica para Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – R\$ 480.000,00 Projeto: Municipalizar Para garantir Direitos R\$ 20.000,00 Projeto: Implantação/Implementação do Sistema de Informação para Infância e adolescência – SIPIA- R\$ 31.999,80.
02	Fundação Alcoa/ALUMAR	Financiamento do Projeto de Conclusão da Quadra Poli-Esportiva do Centro da Juventude esperança no valor de R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais).
03	Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA	Elaboração conjunta do Plano Estadual de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei

Nº	Instituição Parceira	Ações Desenvolvidas
04	Programa Saúde da Escola	Realização nas Unidades da FUNAC de triagens oftalmológica junto a 112 crianças e adolescentes para identificação de problemas de visão;



		Fornecimento de óculos para crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos; Avaliação e definição em conjunto com a Vigilância Sanitária de espaço adequado no Centro da Juventude Esperança para instalação do gabinete odontológico na Unidade. A FUNAC está providenciando os serviços de adaptação física para início do atendimento, que contará com o apoio logístico do Programa, através do fornecimento de: amalgamador aparelho de profilaxia, material de consumo e manutenção técnica dos equipamentos; Fornecimento de coletores para exames (fezes e urina). Disponibilização de papéis para a Reciclagem.
05	Programa ViVa Cidadão	Viabilização, conforme demanda, dos documentos de: carteira de identidade, carteira profissional aos adolescentes das Unidades de internação
06	SIAAD – Sistema Interinstitucional de Ações Antidrogas	Participação de 08 técnicos das unidades de internação no treinamento para atendimento a usuários de drogas que está sendo realizado nos finais de semana no PAM – Diamante; Atendimento de adolescentes usuários de drogas no ambulatório da UFMA e PAM DIAMANTE;
07	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento	Formatação dos Projetos de horticultura e avicultura para as Unidades Centro da Juventude Esperança e Centro da Juventude Canaã. Os equipamentos e insumos necessários a execução das atividades práticas de horticultura e avicultura foram viabilizados pela FUNAC, e a SEAGRO/CAF disponibilizou a assistência técnica.
08	SEDES – Secretaria De Desenvolvimento Social	Contratou no Plano Estadual de Qualificação profissional os cursos de artesanato em cerâmica, estofamento, marcenaria, Mecânica de moto e serigrafia, sendo 5 turmas com 20 alunos cada em São Luís e 2 turmas com 20 alunos cada para Imperatriz.; Foi encaminhada ao Conselho Estadual do Trabalho a demanda de profissionalização da FUNAC para o atendimento no exercício de 2006.

Nº	Instituição Parceira	Ações Desenvolvidas
09	Secretaria Estadual de Saúde	Disponibilizou 01 clínico geral com especialidade em oftalmologia que está atendendo 1 vez por semana os adolescentes na Unidade de internação masculina da Maiobinha.



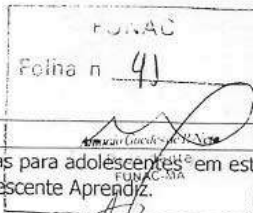
FUNAC
Folha n. 40

[Assinatura]
Diretor Setorial de
Assessoria Jurídica
Mat. 13453

Proc. 90
Folha 58
Mat. 13453
Rub. 40

		Disponibilizou 02 odontólogos e 09 jogos de instrumental para atendimento odontológico que funcionará na unidade de internação da Maiobinha. Disponibilizou 01 psicólogo para a unidade de internação da Maiobinha. Oficializou os hospitais PAM – Diamante, Geral e Cidade Operária sobre prioridade no atendimento ao adolescente da FUNAC Realização da campanha de vacinação aos adolescentes nas unidades de internação
10	Defensoria Pública	Realizou mutirão no mês de setembro para agilização dos processos jurídicos dos adolescentes das unidades de internação.
11	DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito	Formalização do convênio para o Projeto Adolescente Aprendiz para estágio na instituição, disponibilizando 30 vagas Disponibilização de papéis para a Reciclagem. Formalização de convênio pra execução do Projeto de Qualificação Profissional e Educação no Trânsito
12	Secretaria de segurança Pública	Realização de treinamento pela Academia de Polícia para 30 educadores sociais das Unidades de internação.
13	CAEMA -	Está sendo realizada periodicamente a limpeza e desobstrução das fossas da unidade de internação da Maiobinha e demais unidades quando solicitada; Disponibilizou 4 (quatro) vagas de estágio para o Projeto Adolescentes Aprendiz, cujo convênio está em processo de assinatura; Disponibilização de papéis para a Reciclagem
14	Rede Amiga da Criança	Apoio no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e respectivas famílias.
15	Fundação Terres Des Hommes/UNICEF.	Projeto Acolher, que garante o acompanhamento de famílias com crianças e adolescentes em situação de ruas nos bairros: Liberdade, Areinha/Vila Passos e Vila Embratel.
16	SESI/REDE GLOBO	Ação Global-2004-Ações educativas sobre o ECA, voltadas para a questão da violência sexual doméstica.





Nº	Instituição Parceira	Ações Desenvolvidas
17	Secretaria de Educação	Disponibilização de vagas para adolescentes em estágio através do Projeto Adolescente Aprendiz. Foi disponibilizado 01 supervisor pedagógico para acompanhamento "in loco" das ações de educação nas unidades de internação; Foram realizadas visitas por técnico do Projeto Farol da Educação as Unidades de internação para instalação de 5 bibliotecas e de 01 brinquedoteca na Unidade de Atendimento à Família; Disponibilizado 02 quadros verdes para a sala de aula Unidade de Internação feminina centro da Juventude Florescer. Está sendo avaliada a proposta de convênio com a FUNAC para conserto de carteiras escolares na oficina de marcenaria. Foi realizada a Capacitação para 51 profissionais (professores, educadores sociais, vigias, aux. Serviços gerais e apoio administrativo) que atuam nas Unidades de Internação da FUNAC em São Luís e Imperatriz através da Fundação Sousem; Disponibilização de papéis para a Reciclagem.
18	Secretaria de desenvolvimento das Cidades	Foi providenciado o Cadastro da FUNAC no Programa de Compra Local para aquisição de alimentos. A aquisição de alimentos através da (CAF) Casa Agricultura familiar, foi iniciada nos povoados de Quebra Pote e Itapera. O fornecimento de frutas, verduras e alimento perecíveis (carne, frango e peixe) está sendo feito todas as sextas feiras, cujo recolhimento está sendo efetuado pela FUNAC Disponibilizou 02 vagas para estágio de adolescente aprendiz, cujo estágio já foi iniciado; Encaminhado licitou avaliação sócio-econômica de famílias de adolescentes em situação de risco social para inclusão no Programa de Habitação, cujo procedimento está sendo desenvolvido pela equipe de técnicos da FUNAC; Disponibilização de papéis para reciclagem

Elaine Helena Sousa Almeida
Diretora Técnica
FUNAC-MA



Arquivo .se

**Crianças e Adolescentes em
Situação de Rua em São Luís
do Maranhão, Brasil**

Julho de 2005

Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís do Maranhão, Brasil

Sumário

1. Apresentação	3
2. Ser Criança e Adolescente	4
3. As diversas faces da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes	5
4. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: conceituação e caracterização	6
5. São Luís: histórico e contextualização	7
6. Dados sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís	9
7. Iniciativas no enfrentamento ao fenômeno de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís	12
8. Resultados obtidos pela Rede Amiga da Criança no período de 2000/2005	16
9. Dificuldades para a erradicação do fenômeno de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís	17
10. Os fatores que favorecem a intervenção junto às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís	18
11. Desafios e perspectivas frente ao fenômeno de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís	19
12. Recomendações para atuação da Rede Amiga da Criança no período 2006/2008	21
13. O sonho do protagonismo infanto-juvenil	23
14. Bibliografia consultada	24
Anexo 1 - Indicadores sobre Crianças e Adolescentes no Maranhão	25
Anexo 2 - Programas governamentais de atendimento a crianças e adolescentes em São Luís	26
Anexo 3 - Organizações Não Governamentais de atendimento a crianças e adolescentes	27
Anexo 4 - Fóruns e Redes ligados aos direitos de crianças e adolescentes em São Luís	28
Anexo 5 - Resultados da Rede Amiga da Criança em 2003 e 2004	29
Anexo 6 - Destinação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em 2004	30

11 . Monitoramento e Avaliação

A Rede Amiga da Criança dispõe de sistemática de monitoramento de suas ações e resultados previstos no Planejamento Estratégico e envolve as suas diversas instâncias.

No tocante ao presente projeto - Rede Amiga em Ação - haverá dois níveis de monitoramento/avaliação. O primeiro dar-se-á nas próprias organizações executoras dos sub-projetos e o segundo, a cargo do colegiado acontecerá semestralmente através de relatório das organizações e seminários com a participação dos responsáveis pelos sub-projetos, do colegiado e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aberto a participação das demais organizações integrantes da rede.

Com o cunho participativo todo o detalhamento do processo de monitoramento e avaliação será concebido e executado por todos os integrantes do projeto, contando com assessoria externa, o que contribuirá para qualificá-lo. Dessa forma, no primeiro mês após a assinatura do convênio, será realizado um encontro para o referido detalhamento, subsidiando a definição de instrumentais indicadores, calendário e responsabilidades.

12. Entidades Parceiras

- Agências de Qualificação e Formação de Recursos;
- Conselho Municipal da Assistência Social;
- Centro Comunitário Cultural e Eclesial de Vila Passos - CCCEVP;
- Centro de Cultura de Criatividade Dr. Domingos Vieira Filho;
- Centro de Cultura Negra - CCN;
- Centro de Formação Pólo III - MNMMR
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA,
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- Conselhos Tutelares;
- Delegacia da Mulher;
- Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente - DPCA;
- Fórum de Entidades Não Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente;
- Fondation Terre des hommes – Lausanne;
- Gerência de Desenvolvimento Humano;
- Gerência de Qualidade de Vida;
- Hospital Universitário Materno Infantil;
- Ilha de Malta;
- Instituto Médico Legal - IML;
- Juizado da Infância e da Juventude ;
- Ministério Público;
- Órgãos da Área de Trabalho e Renda (SENAC, SEBRAE, SENAI...);
- Pastoral da Criança;

- Pastoral do Menor - PAMEN;
- Pobres Servos da Divina Providência;
- Procuradoria Geral de Justiça/Centro de Apoio Operacional-CAOP;
- Projeto Viva;
- Projeto Viver Mulher;
- Promotoria da Infância e da Juventude;
- Secretaria de Estado e Assistência Social;
- Secretaria Estadual de Educação;
- Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
- Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;
- Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

- Capacitados 100% dos componentes da Comissão Municipal do PETI;
- Elaborado plano de trabalho anual da Comissão;
- Reconstruída e compreendida a experiência da Rede Amiga da Criança, em seus momentos mais significativos;
- Desenvolvido um processo coletivo de análise crítica da experiência da Rede Amiga da Criança, com contradições e problemas identificados, analisados e enfrentados;
- Reestruturado e aprofundado o marco conceitual orientador das ações da Rede Amiga da Criança;
- Fortalecida a identidade coletiva da Rede Amiga da Criança, no conjunto de suas organizações integrantes;
- Ampliada as possibilidades de visibilidade e de sustentação da Rede Amiga da Criança;
- Sistematizada a experiência da Rede Amiga da Criança relativa ao período de 3 anos, a partir de sua articulação no início do ano 2000, até dezembro de 2002, com a elaboração de 3 produtos:
 - a) Primeiro Relatório de Sistematização
Período referente - Articulações iniciais até agosto de 2001 (1 ano de Rede Amiga da Criança).
Prazo - dezembro de 2001;
 - b) Segundo Relatório de Sistematização:
Período referente - setembro de 2001 até julho de 2002.
Prazo - julho de 2002.
 - c) Terceiro Relatório de Sistematização:
Período referente - agosto a dezembro de 2002.
Prazo - dezembro de 2002.
- Adotados procedimentos comuns (norteadores) do atendimento a casos de violência sexual contra crianças e adolescentes atendidas nas diversas áreas (Saúde, Educação, Assistência, Segurança e Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar);
- Profissionais das áreas de educação, saúde, assistência, segurança e justiça, ministério público e conselho tutelar com condições de identificar, atender e encaminhar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Ampliadas e melhoradas as estruturas de serviços da segurança e justiça com a criação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e de uma Vara Criminal Privada ou Especializada para atender os casos de Violência praticada contra crianças e adolescentes em São Luís;
- Criado um Centro de Perícia Técnica para atendimento às vítimas de violência sexual;
- Sensibilizados 100% dos serviços e programas existentes no sentido da articulação de uma rede de atendimento com relação ao abuso e exploração sexual de crianças, adolescentes e suas famílias tendo em vista a qualificação do atendimento;
- Atendidos e acompanhados 100% dos casos das crianças, adolescentes e suas famílias vitimadas sexualmente, inclusive o vitimizador quando estiver inserido no âmbito familiar atendidos pelo projeto aos serviços e programas sociais básicos;

- Fortalecidas as relações entre pais/mães/filhos;
- Reinseridos na família crianças e adolescentes abrigados;
- Pais e mães inseridos em atividades de qualificação profissional e geração de renda;
- Desinstitucionalizados crianças e adolescentes abrigados;
- Crianças, adolescentes e famílias participam de atividades sócio-educativas e culturais, na comunidade;
- Fortalecida identidade cultural e auto-estima de crianças e adolescentes e famílias enquanto instrumentos de cidadania;
- Garantida a inserção e permanência com sucesso na escola de 100% das crianças e adolescentes atendidas no Circo;
- Garantida a frequência regular nas atividades do Circo de pelo menos 90% das crianças e adolescentes inscritos;
- Garantido o convívio familiar de 100% das crianças e adolescentes do projeto Circo Escola.

2. Dados sobre a Instituição

Nome Completo: Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS

Endereço: Rua da Palma, 44 - Centro

Município: São Luís **Estado:** Maranhão **CEP:** 65010-440

Telefone: 0**98 231-5639 **Fax:** 0**98 231-5662 **CNPJ:** 69.577.781/0001-88

Banco: 001 **Conta Corrente:** 21.215-6 **Agência:** 1611-X

Nome do Principal Representante: Margarete Cutrim Vieira

Responsáveis pela elaboração do projeto:

Elizabeth Maria de Faria Ramos e

George Washington C. B.Coelho

Histórico

A Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS, criada pela Lei 3.779, de 30 de dezembro de 1988, tem como missão coordenar e executar a política municipal de assistência social, de forma articulada e integrada com os demais órgãos públicos e organizações sociais afins, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos padrões mínimos de dignidade e universalização dos direitos sociais à família, à adolescência, à velhice, ao portador de deficiência, bem como dos demais segmentos vítimas de discriminações sociais.

Sucede a Fundação Municipal de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - Criança Cidadão que funcionou desde 1993 e que coordenava a política de atendimento assistencial e protetiva a criança e ao adolescente e, no exercício de 1998 assumiu a coordenação do processo de municipalização da assistência social ampliando sua atuação.

No exercício da sua missão submete-se as diretrizes emanadas dos Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e Adolescente e do Idoso.

3. A Rede Amiga da Criança

As entidades que atuam na promoção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes vêm, ao longo dos anos, desenvolvendo atividades em parceria, proporcionando um atendimento qualificado e diversificado aos meninos e meninas em situação de risco pessoal e social em São Luís.

Apesar desse campo fértil de projetos e programas em parceria, as entidades desejaram dar passos mais ousados, articulados para enfrentar de forma eficiente a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís, surgindo a **Rede Amiga da Criança**, que se propõe a ampliar e qualificar as ações e diminuir a incidência de crianças e adolescentes em situação de rua no município de São Luís, reduzindo essa incidência em no mínimo 50% até dezembro de 2002, garantindo-lhe assistência integral, respeitando seus direitos, habilidades, competências e potencialidades.

Esta articulação que se iniciou no primeiro trimestre de 2000 culminou com a assinatura do protocolo de intenções em 15 de agosto de 2000 e a elaboração do plano estratégico para o período de outubro de 2000 a dezembro de 2002, que norteará as suas ações.

A Rede tem como valores:

- Articulação consistente das entidades na garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
- Promoção da visibilidade das ações a nível interno e externo da Rede;
- Compromisso com o cumprimento do ECA.

O seu processo de gestão e funcionamento ocorre através de três instâncias: Assembléia Geral, Colegiado e Grupos de Trabalho.

Órgão de deliberação, a Assembléia Geral é integrada por representantes de todas as entidades e define ações em consonância com as políticas deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No momento, participam da **Rede** 16 entidades: Centro Comunitário Cultural e Eclesial Vila Passos, Centro de Cultura Negra - CCN, Centro de Defesa Pe. Marcos Passerine - CDMP, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselhos Tutelares áreas Centro e Itaqui-Bacanga, Desafio Jovem do Maranhão - DJOMA, Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC, Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS, Fondation Terre des Hommes - TdH, Lar do Menor Dom Calábria, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Secretaria Municipal da Educação - SEMED, Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS. Outras entidades podem ingressar nessa articulação, mediante deliberação da Assembléia Geral. Ressalta-se nessa composição:

- A presença do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, num movimento dialético, onde ora ele fortalece a rede, ora é fortalecido. Como exemplo a prioridade definida, em

2000, para criança e adolescente em situação de rua, destinando 75% dos recursos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente - FMCA para projetos de entidades integrantes da Rede;

- A participação dos Conselhos Tutelares, que embora em funcionamento, precisam ser consolidados;
- A integração da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC, órgão estadual responsável nessa articulação pelo atendimento em regime de abrigo e atendimento às famílias;
- A participação da Prefeitura de São Luís, através da Fundação Municipal da Criança e Assistência Social, órgão coordenador e executor da política municipal de assistência social - FUMCAS, além das Secretarias Municipais de Educação e Saúde;
- O papel das organizações não governamentais e governamentais que asseguram a descentralização do atendimento.

O Colegiado, composto por 5 membros é o responsável pela operacionalização e monitoramento do desempenho das ações da Rede.

Conforme necessidade, são constituídos Grupos de Trabalho, eventuais e permanentes para dar suporte e operacionalização das ações. No momento funcionam os GT's de Formação, Criança, Família, Marketing e Captação de Recursos.

A sede da Rede Amiga da Criança está localizada na Rua da Saavedra, 147 - Centro, onde é assegurado apoio logístico e realizadas atividades de formação e reuniões diversas.

4. Justificativa

A atual conjuntura traz consigo o acirramento da questão social e a conseqüente agudização das desigualdades sociais, da precarização das relações de trabalho e do desemprego estrutural. Tais fatores, aliados a situações de separações, abandono do lar, filhos não desejados, violência familiar, uso e abuso de substâncias psicoativas, transtornos de ordem psiquiátrica e/ou psicológica, história de pais violentados e abusados quando crianças, que contribuem para alterações significativas da dinâmica familiar, resultando em uma situação de vulnerabilidade, refletida através de formas específicas de violência, dentre elas, o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes, o trabalho precoce e crianças e adolescentes em situação de rua.

Não se pode analisar a questão infanto-juvenil dissociada da realidade de suas famílias, as quais enfrentam forte processo de exclusão social.

O relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil de 1996, aponta a região meio-norte, constituída pelo Maranhão e Piauí como sendo a região que apresenta maiores índices de pobreza. Associando-se pobreza a insuficiência de renda, o Maranhão tem o quinto mais baixo índice de desenvolvimento humano no Brasil.

Presencia-se diariamente fechamento de postos de trabalho, exigindo mudanças no perfil do trabalhador. Estima-se a existência de 150.000 pessoas em idade produtiva que se encontram excluídas do mercado de trabalho em São Luís. Outra significativa parcela encontra-se desenvolvendo atividades consideradas "emprego disfarçado" normalmente ambulantes, biscateiros e vendedores de quinquilharias.

O direito a educação profissional assegurado no ECA não se constitui em São Luís uma ação permanente, limitando-se a iniciativas pontuais.

Dados do Programa Jovens em Situação de Risco Pessoal e Social integrante do Plano Estadual de Qualificação demonstram que em São Luís foram treinados em 1996, 364 jovens de 14 a 21 anos, em 1997 2.378, em 1998 574 e 1999 450, com recursos oriundos do FAT.

O Programa Capacitação Solidária desenvolvido na Região Metropolitana de São Luís capacitou em 1999 2.655 jovens e em 2000 capacitou 5.800.

Em contagem realizada em 1999 pela Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS apenas nos bairros do São Francisco, Centro e Cohab, foram encontradas 518 crianças e adolescentes em situação de rua. Nova contagem efetuada em outubro/2000 identificou 402 crianças e adolescentes nas áreas do Centro, semáforos (REFESA, Távola Center e Alemanha), COHAB, praias (Litorânea, Ponta D'Areia), São Francisco Renascença e feiras livres (Reviver, Vinhais e COHAB).

O cadastro de crianças e adolescentes envolvidas em situação de trabalho precoce e de risco realizado em janeiro/2001 para expansão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, evidenciou em contingente de 5.189 crianças e adolescentes trabalhando no meio rural e urbano.

A atual situação do atendimento de vítimas de abuso e exploração sexual em São Luís é crítica, pela falta de estruturas capacitadas e de interligação de ações que comprometem as iniciativas existentes. Para reverter-la foi concebido o "Sistema de Atendimento a Casos de Violência Sexual de Crianças e Adolescentes em São Luís", em fase de implantação.

Em São Luís há aproximadamente 320 crianças e adolescentes em regime de abrigo¹, em organizações governamentais e não governamentais, que aponta a necessidade de implementar iniciativas alavancadoras da desinstitucionalização e garantidoras do direito à convivência familiar e comunitária.

Para contribuir com o enfrentamento dessas questões surge a Rede Amiga da Criança com o protocolo de intenções assinado em agosto/2000. No processo de construção e efetivação da Rede Amiga da Criança, diversos foram os momentos, os significados, concepções, interpretações, relações e contradições, práticas e articulações que não estão devidamente explicitadas e compreendidas pelo conjunto das organizações que a integram. Torna-se pois necessário sistematizar a experiência da Rede Amiga da Criança, a partir da sua reconstrução histórica, descobrir e explicitar a lógica do processo vivido, com seus fatores intervenientes e suas relações.

O registro, análise e interpretação de dados cadastrais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil constitui outro esforço no sentido de contribuir

¹ FUMCAS – Fundação Municipal da Criança e Assistência Social

para uma melhor compreensão da realidade em que estão inseridas as crianças e adolescentes de São Luís, subsidiando a criação ou implementação de estratégias de contribuição para o resgate do "ser criança".

Além das iniciativas na área de estudos e pesquisas organizações filiadas, a Rede Amiga da Criança pretende desenvolver com apoio do UNICEF, ações de capacitação de educadores e outras de atendimento direto a crianças e adolescentes e famílias no sentido de contribuir para a eliminação do trabalho infantil, o atendimento às vítimas de violência sexual, a desinstitucionalização de crianças e adolescentes e a educação profissional de adolescentes, sempre na perspectiva de contribuir com a construção da cidadania das crianças, adolescentes e suas famílias e consolidar ações articuladas em rede.

5. Objetivo Geral

Impactar positivamente a realidade de crianças, adolescentes e famílias envolvidas em situação de violência, abuso e exploração sexual, inserção precoce no mundo de trabalho no meio rural e urbano, e outras situações de risco, na perspectiva da proteção integral e do fortalecimento ou restabelecimento à convivência familiar e comunitária no município de São Luís.

6. Objetivos Específicos/Metas

6.1.

Capacitar o conjunto dos trabalhadores responsáveis pela articulação, coordenação, execução, monitoramento, e controle das ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e as famílias das crianças e adolescentes, propiciando instrumentos e ferramentas para um fazer pedagógico articulado em rede capaz de assegurar ações estratégicas e qualitativas voltadas a obtenção dos resultados previstos pelo programa.

- Capacitar 240 instrutores/monitores da jornada ampliada que atuam nas áreas de acompanhamento escolar, arte e cultura, recreação e esporte, em 19 eventos que totalizam 158 horas;
- Obter a participação presencial de no mínimo 1.700 famílias de PETI no processo de capacitação cuidando para que 100% acessem as reuniões, encontros informativos e sócio-culturais;
- Realizar 04 cursos na área de alimentação alternativa para 200 famílias, totalizando 80 horas;
- Capacitar 50 merendeiras nas áreas de higiene, valor nutritivo e preparo dos alimentos, em 02 eventos com 16 horas cada;
- Capacitar 40 dirigentes das organizações parceiras na área de gestão de projetos em 02 eventos de 16 horas cada;

- Capacitar 22 pessoas integrantes da Comissão Municipal do PETI e 16 integrantes da Comissão Estadual do PETI em 02 eventos de 16 horas cada;
- Obter melhorias na qualidade da jornada ampliada, alcançando 90% de frequência regular das crianças e adolescentes;

6.2.

Sistematizar e analisar dados cadastrais de 1.700 famílias do município de São Luís envolvidas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil coordenado pela FUMCAS.

- Tabular dados cadastrais de 1.700 famílias participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - em São Luís - MA;
- Sistematizar e analisar os dados cadastrais referidos acima, utilizando-se de quadros, tabelas, gráficos e outras formas de sistematização de dados;
- Realizar estudos entre os pesquisadores do CEPP sobre a exploração do trabalho infantil no Brasil e no Maranhão, enfocando as condições de sobrevivência das famílias das crianças exploradas;
- Elaborar e divulgar um relatório sobre o perfil socioeconômico e cultural das famílias ludovicenses participantes do PETI.

6.3.

Possibilitar à Rede Amiga da Criança a construção da sistematização de sua experiência, para aprofundar a compreensão sobre ela, melhorar a qualidade da sua prática e potencializar as condições para o alcance dos seus objetivos.

- Fornecer mensalmente materiais informativos;
- Realizar 2 Seminários de Sistematização, com duração de 2 dias, para definir elementos básicos para a sistematização, aprofundar conceitos, socializar e analisar os relatórios/produtos parciais;
- Elaborar 2 relatórios relativos aos seminários;
- Realizar uma reunião mensal para socializar, discutir e deliberar sobre o trabalho de sistematização;
- Realizar 32 entrevistas com as 16 organizações, para obter informações, concepções e interpretações sobre a experiência da Rede Amiga da Criança;
- Realizar 24 observações das atividades desenvolvidas, ampliando a compreensão sobre a prática efetiva das organizações (como rede) junto às crianças e adolescentes;
- Realizar 32 entrevistas e 24 observações para organizar informações de acordo com o foco da sistematização;
- Realizar 4 reuniões para socializar, discutir e encaminhar questões relativas ao trabalho de sistematização;
- Participar de 2 atividades mensais da Rede para subsidiar a sistematização.

- Elaborar 2 relatórios parciais e 1 relatório final com a construção processual de acordo com o foco e com os resultados das atividades do projeto.

6.4.

Qualificar o atendimento aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em São Luís

- Produzir e divulgar Manual de Rotinas para a área de educação com tiragem de 2.000 exemplares;
- Realizar 14 oficinas, de 8 horas cada, com 350 profissionais de saúde;
- Realizar 2 oficinas, de 16 horas cada, com 50 profissionais e conselheiros da área de assistência social;
- Realizar 1 seminário para 100 Conselheiros Tutelares, com 16 horas;
- Realizar 1 seminário para 100 profissionais de educação, com 8 horas;
- Realizar 8 oficinas, de 8 horas cada, com 200 profissionais de educação;
- Realizar 3 oficinas, de 8 horas cada, com 75 profissionais das áreas da justiça e segurança;
- Realizar reuniões e audiências com representantes da Segurança Pública, Ministério Público, Justiça e Hospital Universitário Materno Infantil, para impulsionar a criação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, da Vara Criminal Privativa ou Especializada e do Centro de Perícia Técnica;
- Realizar um curso de 2 módulos sobre perícias oficiais para casos de violência sexual, com 40 horas cada, para 15 pessoas;
- Produzir e divulgar 6.000 cartazes, 6.000 folders e 4 banners sobre violência sexual e o Sistema de Atendimento a Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em São Luís;
- Realizar 1 seminário multiprofissional, com 16 horas, com 200 participantes;
- Realizar 12 reuniões de monitoramento com gestores do projeto;
- Realizar 1 seminário de avaliação do projeto, com 16 horas, para 20 pessoas.

6.5.

Implementar ações de atendimento especializado às crianças, adolescentes e suas famílias vitimadas sexualmente, objetivando o resgate e a garantia dos direitos fundamentais e o acesso às mais diversas políticas públicas.

- Apoiar e orientar social, jurídica e pedagogicamente 100% das crianças, adolescentes e suas famílias vitimados sexualmente atendidas pelo projeto;
- Encaminhar 100% das crianças, adolescentes e suas famílias vitimadas sexualmente, atendidos pelo projeto, aos serviços e programas sociais básicos;
- Garantir um suporte que possibilite um desempenho qualitativo das ações a serem executadas junto aos usuários identificados pelo projeto.

- Inserir 160 crianças, adolescentes e suas famílias vitimadas sexualmente, incluindo o abusador quando este estiver inserido no âmbito familiar, em oficinas, grupos de auto-ajuda e atividades de caráter sócio-educativa no sentido de superar as situações de violência sexual.

6.6.

Proporcionar apoio psicossocial às famílias das crianças e adolescentes em situação de rua, abrigados, com vistas à garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

*Desacando a família
FUNAC*

- Realizar 01 Encontro de Sensibilização de pais envolvendo 100% das famílias beneficiárias;
- Realizar atendimento psicoterápico e psicossocial de 50 pais/mães dos adolescentes em situação de rua (semanal, individual e/ou grupal);
- Encaminhar 100% dos pais/mães/filhos que necessitem de serviços especializados, na área de saúde mental aos órgãos/instituições específicos;
- Realizar 01 Seminário sobre as Profissões e Mercado de Trabalho, envolvendo os beneficiários, para mapeamento dos cursos a serem ofertados;
- Incluir 100% dos pais/mães atendidos, desempregados e sem qualificação profissional, nos programas de qualificação profissional e geração de renda, a partir dos interesses e aptidões identificadas, durante o atendimento social;
- Realizar 02 encontros semestrais com famílias, envolvendo 100% dos beneficiários;
- Realizar 03 Oficinas, de 08 horas cada, sobre a temática identidade cultural, com 100% dos adolescentes e pais/mães, para resgate de conhecimentos sobre confecção de brinquedos, organização de brincadeiras e divulgação de contos, histórias e lendas;
- Assegurar, mensalmente, a participação de pais/mães/filhos nas programações oferecidas pelos grupos culturais/artísticos da comunidade;
- Apoiar a formação de pelo menos 01 grupo cultural-artístico, constituído por pais/mães/filhos, a partir dos interesses apresentados.

6.7.

Potencializar o Circo Escola, garantindo um espaço alternativo psicopedagógico mais atraente do que a própria rua, enquanto instrumento de localização e inclusão da criança e do adolescente nas políticas sociais públicas, na perspectiva de fortalecer os laços familiares, com regresso, permanência e sucesso escolar.

FUNAC

- Atender 120 crianças e adolescentes/dia com atendimento a 200 crianças e adolescentes ano (doze meses) no qual acontecerão além das atividades circenses, atividades culturais, de teatro, dança, capoeira, artes plásticas, expressão corporal, música, educação esportiva e educação social, com ênfase para educação ambiental e cidadania;

- Atender 100% das famílias com orientação e apoio psicossocial e jurídico, e em atividades geradoras de renda desenvolvidas no espaço do circo e/ou em articulação com a FUNAC/UNAF, Programa de Atendimento a Família da própria FUMCAS, Pastoral da Criança e outros;
- Inserir 100% das crianças e adolescentes do Circo Escola na escola formal e em outros programas e serviços que se fizerem necessários.

6.8.

Reorientar as propostas político-pedagógicas de forma que estas possam abrir novas dimensões do conhecimento sobre a realidade das crianças e adolescentes, tendo por referências:

- a análise das transformações/mudanças que vêm ocorrendo na vida dos educadores e educadoras, suas ações educativas e na vida das crianças e adolescentes, nos vários espaços do cotidiano;
- conhecimento e troca de referências metodológicas no trabalho com crianças e adolescentes;
- a renovação das práticas educativas no sentido de fortalecer a autonomia e auto-organização dos educadores e educadoras no desenvolvimento de suas ações.

Mont
CDPM
CONT
Edut
FUMCAS

- Capacitar 35 educadores das entidades que compõem a Rede Amiga da Criança em 5 módulos e 4 intermódulos integrantes do Curso de Formação Básica, com duração de 9 meses, e carga horária de 224 horas.

6.9.

Proporcionar ao adolescente iniciação profissional que contribua para o desenvolvimento de habilidades que alicercem o seu desenvolvimento integral, a sua inserção num trabalho futuro e incentivem sua permanência na escola.

Dom Calábria
Construindo o futuro

- Capacitar 560 adolescentes em 5 cursos, sendo:
 - 30 no Curso de Marcenaria, com 1.000 horas e 2 turmas;
 - 80 no Curso de Culinária com 320 horas e 4 turmas;
 - 120 no Curso de Serigrafia 640 horas e 8 turmas;
 - 176 no Curso de Informática com 880 horas e 11 turmas;
 - 160 no Curso de Pintura em Gesso, Tecido e Vitral com 640 horas e 8 turmas.

Objetivo	Responsabilidade	Sub-projeto	Atividades	Cronograma Trimestral			
				1º	2º	3º	4º
5	FUMCAS	Quebrando o Silêncio	Identificação dos casos de crianças, adolescentes e suas famílias	X	X	X	X
			Atendimento especializado nas áreas psicossocial e jurídica à crianças, adolescentes e famílias vitimadas sexualmente, inclusive vitimizador	X	X	X	X
			Acompanhamento psicossocial	X	X	X	X
			Articulação Institucional	X	X	X	X
			Oficina Corporal		X	X	X
			Oficina de Arte		X	X	X
			Oficina de Trabalhos Manuais		X	X	X
			Curso de Alimentação Alternativa		X	X	X
			Grupos de auto-ajuda		X	X	X
			Mensuração dos dados estatísticos	X	X	X	X
			Monitoramento e avaliação		X	X	X

Tema: Convivência Familiar e Comunitária

Objetivo	Responsabilidade	Sub-projeto	Atividades	Cronograma Trimestral			
				1º	2º	3º	4º
6	FUNAC	Dançando com as Famílias	Encontro de sensibilização	X			
			Atendimento psicoterápico	X	X	X	X
			Encaminhamento dos casos identificados para atendimento especializado	X	X	X	X
			Seminários sobre Profissões e Mercado de Trabalho	X			

9. ANEXOS

9.1 - MEMÓRIA DE CÁLCULO (R\$)

AÇÃO	ATIVIDADES	SEMESTRE I	SEMESTRE II
Apoio e orientação psicossocial e pedagógica a 100 das crianças e adolescentes	Atendimento psicossocial individual e grupal de crianças e adolescentes e famílias	Psicólogo: 1 psicólogo X 600,00 X 6 meses = R\$ 3.600,00	Psicólogo: 1 psicólogo X 600,00 X 4 meses = 2.400,00
	Realização de 36 sessões de terapia comunitária para as famílias beneficiadas, totalizando 72 horas	Terapia Comunitárias Vale transporte: 50 vales X 4 dias X 6 meses X R\$ 1.440,00	Terapia Comunitária Vale transporte: 150 vales X 4 dias X 3 meses X R\$ 1,20 = 720,00
	Realização de 144 sessões de massagens terapêuticas às famílias	1 massagista X R\$ 300,00 X 6 meses = R\$ 1.800,00 Oficinas Temáticas	1 massagista X R\$ 300,00 X 3 meses = R\$ 900,00
	Realização de 12 oficinas temáticas para pais e adolescentes com carga horária de 8h cada, abordando os temas: Cidadania, Sexualidade	Didático: (papelaria, tinta guache, cartolina, lápis, caneta, blocos, pastas etc) = R\$ 150,00 X 06 oficinas = R\$ 900,00	-

AÇÃO	ATIVIDADES	SEMESTRE I	SEMESTRE II
Apoio e orientação psicossocial e pedagógica a 100 das crianças e adolescentes	Relações Interpessoais, Adolescência, Drogas, Protagonismo Juvenil, Violência Familiar, o Mundo do Trabalho, Étnia, Meio Ambiente, cultura Maranhense e Religiosidade.		
	Inserção e acompanhamento escolar das crianças e adolescentes		
Inclusão das famílias beneficiadas, em programas de qualificação profissional	Inclusão de 20 adolescentes em cursos de qualificação profissional.		
	Levantamento de curso de qualificação profissional, oferecido pelas agências de capacitação.		
Apoio às iniciativas para o trabalho, com vistas à geração de renda	Inserção em cursos de qualificação profissional	Inscrição em cursos 25 participantes X RS 400,00 x 01 = 1.000,00	
	Aquisição de kits de trabalho para montagem de pequenos negócios	Kits de trabalho 10 famílias X 250,00 = RS 2.500,00	

AÇÃO	ATIVIDADES	SEMESTRE I	SEMESTRE II
Apoio material às famílias previamente selecionadas	Levantamento da situação sócio-econômica das famílias	-	-
	Seleção das famílias beneficiadas	-	-
Incentivos à inclusão de crianças, adolescentes e famílias em atividades sócio-educativas e culturais.	Aquisição do material de construção	Material de Construção 10 famílias X RS 450,00 = RS 4.500,00	Material de construção 10 famílias X RS 450,00 = RS 4.500,00
	Realização de 2 encontros semestrais para 100 famílias com carga horária de 8 horas cada.	Encontro de famílias Vale transporte: 200 vales X RS 1,20 X 1 dia = 240,00 Didático: RS 500,00	Encontro de família Vale transporte: 200 vales X RS 1,20 x 1 dia = RS 240,00 Didático: RS 500,00
	Realização de 3 oficinas culturais centradas nas atividades de confecção de brinquedos, organização de brincadeiras, divulgação de contos, histórias e lendas com carga horária total de 24 horas para 60 participantes	Oficinas culturais Material de oficina 1 oficina X 700,00 = 700,00 Instrutor: 1 X RS 250,00 X 6 meses = 1.500,00	Instrutor: 1 X RS 250,00 X 2 meses = RS 500,00
Apoio à formação de pelo menos 01 grupo artístico cultural, constituído por pais mães filhos, a partir dos interesses apresentados.	Levantamento das aptidão artístico-culturais do grupo	-	-

AÇÃO	ATIVIDADES	SEMESTRE I	SEMESTRE II
Apoio à formação de pelo menos 01 grupo artístico cultural, constituído por pais/mães, filhos, a partir dos interesses apresentados.	Realização de oficinas de Artes com 06 horas semanais totalizando em 144 horas/aula.	Oficina de Artes Instrutor 1 x RS 250,00 X 6 meses = RS 1.500,00 Vale transporte – 50 vales X 3 dias X 1,20 X 6 meses = RS 1.080,00 Material específico para oficina de Artes: R\$ 622,00	-
	Formação de um grupo Artístico Cultural	-	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
FUNDAÇÃO CRIANÇA CIDADÃ
EQUIPE DE MUNICIPALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Programa:

Projeto: DANÇANDO COM A FAMÍLIA

Entidade Conveniente

Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC

CNPJ

056.632.559/0001-58

Conveniente:

FMDCA

Origem Recursos

FUMCAS

Endereço:

Av. Vitorino Freire, s/n

Bairro:

Areinha

CEP:

65.031.410

Fone:

222.5041/231.9106

Meta Conveniada:

Valor Recebido:

R\$ 30.240,00

Objeto do Convênio/Objeto da Ação: Viabilizar monitoramento, programas de proteção especial a crianças e adolescentes expostos a situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas, através de repasses de recursos oriundos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

1. Ações Realizadas

a) Com os usuários direto do Projeto, até agosto/02

- Apoio e orientação psicossocial/pedagógica à 100 famílias com 686 atendimentos
- 26 sessões de terapias comunitárias, tendo atingido 491 pessoas
- 105 sessões de massagens terapêuticas tendo beneficiado 40 pessoas
- 9 oficinas temáticas para pais/responsáveis (História da Infância no Brasil/Maranhão, O papel dos pais e professores na educação dos filhos, mulher x emancipação, Reflexão Pascal, Papéis sociais da Maternidade e Paternidade, Cultura Maranhense, Adolescentes e Famílias, Sexualidade um novo despertar, Cidadania) tendo atingido 265 pessoas
- Apoio com material de construção à 20 famílias
- 02 Encontros de sensibilização, tendo atingido 67 pessoas
- 01 Encontro de pais (masculino)
- 01 Seminário Profissões e Mercado de Trabalho com 30 participantes
- 5 adolescentes incluídos em cursos de iniciação profissional (Serigrafia, Bombeiro Hidráulico, Informática)
- Inseridos 12 adolescentes na escola formal e acompanhados 12 adolescentes na escola formal

b) Com Família/Comunidade

- Levantamento permanente da Agenda Cultural da Comunidade
- Formação do grupo cultural tambor de crioula
- Realizado os cursos de Doces e Salgados, Arranjos Florais para mães
- Levantamento de cursos de Qualificação Profissional nas agências formadoras de recursos humanos

Avaliação

O Projeto vem sendo desenvolvido em conformidade com o plano de trabalho e já foi executado 85% das ações previstas o que consideramos satisfatório. O atendimento psicossocial às famílias vem apresentando resultados significativos como:

- Mudanças nos níveis de interação e coesão familiar em decorrência da redistribuição de papéis e do poder;
- Surgimento de novos padrões de funcionamento e relacionamento tanto individual do adolescente quanto grupal de sua família;
- Minimização dos conflitos nas famílias que buscam a instituição, levando a novas formas de funcionamento familiar;
- Viabilização de um ambiente facilitador para renegociar o conflito do sistema, tornando possível o reforço da saúde da família.

Espaço Físico utilizados para desenvolvimento das Atividades

Unidade de Atendimento à Família - UNAF

Identificação dos Instrutores/Oficineiros/Educadores pagos com Recursos Conveniados:

NOME	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	OBSERVAÇÕES
Maria da Conceição Costa Mateus	Massagens Terapêuticas	
Cintia Maria V. Rodrigues	Serviços de apoio social	
Rosana Baraúna	Serviços de apoio social	
Cecília M. Bitencourt Santos	Serviços psicoterápicos	

São Luís/MA, ____/____/____

Lívia Cristina S. Rocha

Assinatura Responsável pela Execução

Assinatura da Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
FUNDAÇÃO CRIANÇA CIDADÃ
EQUIPE DE MUNICIPALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Programa:

Projeto: DANÇANDO COM A FAMÍLIA

Entidade Conveniente

Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC

CNPJ

056.632.559/0001-58

Conveniente:

FMDCA

Origem Recursos

FUMCAS

Endereço:

Av. Vitorino Freire, s/n

Bairro:

Areinha

CEP:

65.031.410

Fone:

222.5041/231.9106

Meta Conveniada:

Valor Recebido:

R\$ 30.240,00

Objeto do Convênio/Objeto da Ação: Viabilizar monitoramento, programas de proteção especial a crianças e adolescentes expostos a situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas, através de repasses de recursos oriundos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

1. Ações Realizadas

a) Com os usuários direto do Projeto, até agosto/02

- Apoio e orientação psicossocial/pedagógica à 100 famílias com 686 atendimentos
- 26 sessões de terapias comunitárias, tendo atingido 491 pessoas
- 105 sessões de massagens terapêuticas tendo beneficiado 40 pessoas
- 9 oficinas temáticas para pais/responsáveis (História da Infância no Brasil/Maranhão, O papel dos pais e professores na educação dos filhos, mulher x emancipação, Reflexão Pascal, Papéis sociais da Maternidade e Paternidade, Cultura Maranhense, Adolescentes e Famílias, Sexualidade um novo despertar, Cidadania) tendo atingido 265 pessoas
- Apoio com material de construção à 20 famílias
- 02 Encontros de sensibilização, tendo atingido 67 pessoas
- 01 Encontro de pais (masculino)
- 01 Seminário Profissões e Mercado de Trabalho com 30 participantes
- 5 adolescentes incluídos em cursos de iniciação profissional (Serigrafia, Bombeiro Hidráulico, Informática)
- Inseridos 12 adolescentes na escola formal e acompanhados 12 adolescentes na escola formal

b) Com Família/Comunidade

- Levantamento permanente da Agenda Cultural da Comunidade
- Formação do grupo cultural tambor de crioula
- Realizado os cursos de Doces e Salgados, Arranjos Florais para mães
- Levantamento de cursos de Qualificação Profissional nas agências formadoras de recursos humanos

Avaliação

O Projeto vem sendo desenvolvido em conformidade com o plano de trabalho e já foi executado 85% das ações previstas o que consideramos satisfatório. O atendimento psicossocial às famílias vem apresentando resultados significativos como:

- Mudanças nos níveis de interação e coesão familiar em decorrência da redistribuição de papéis e do poder;
- Surgimento de novos padrões de funcionamento e relacionamento tanto individual do adolescente quanto grupal de sua família;
- Minimização dos conflitos nas famílias que buscam a instituição, levando a novas formas de funcionamento familiar;
- Viabilização de um ambiente facilitador para renegociar o conflito do sistema, tornando possível o reforço da saúde da família.

Espaço Físico utilizados para desenvolvimento das Atividades

Unidade de Atendimento à Família - UNAF

Identificação dos Instrutores/Oficineiros/Educadores pagos com Recursos Conveniados:

NOME	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	OBSERVAÇÕES
Maria da Conceição Costa Mateus	Massagens Terapêuticas	
Cintia Maria V. Rodrigues	Serviços de apoio social	
Rosana Baraúna	Serviços de apoio social	
Cecília M. Bitencourt Santos	Serviços psicoterápicos	

São Luís/MA, ____/____/____

Lael Custina S. Rocha

Assinatura Responsável pela Execução

Assinatura da Presidente

2ª via

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNAC/MA
DIRETORIA TÉCNICA
COORD. PROGRAMAS PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

MEMO.Nº 102/2002-CPSE São Luís, 10 de dezembro de 2002.

DA: Coord. Prog. Proteção

PARA: Diretora Técnica

ASSUNTO: Sol. pagamento

Senhora Diretora,

Solicitamos de V.Sª providências no sentido de ser autorizado o pagamento no valor de 2.220,00(Dois mil e duzentos e vinte reais) pela realização de Oficinas à crianças e adolescentes em situação de rua, previsto no projeto Dançando com Famílias, conforme quadro abaixo.

A despesa correrá por conta do Projeto Dançando com Famílias convênio FUMCAS x FMDCA

PI: APOIOFAM.

Oficina	Período	Público Alvo	Carga horária	Valor hora/aula	Valor R\$	Facilitador (a)
Brincadeira é coisa séria (organização de brincadeira)	Nov e Dez/02	Crianças e Adolescentes	50	10,00	500,00	Liculeide Maria Lima da Silva CI: 705222 CIC: 750.670.303-30 C/C
Senta que lá vem estórias (contos, estórias e lendas)	Nov/Dez/02	Crianças e Adolescentes	50	10,00	500,00	Maria Neusa Lima CI; 15472202000-9 CIC: 14929856353 C/C
Brincando a Sério (Confecção de Brinquedos)	Nov/Dez/02	Crianças e Adolescentes	62	10,00	620,00	Rosifrance Candeira Machado CI: 37125394-2 CIC: 640.020.633-72 C/C
Relações Familiares	Nov/Dez/02	Famílias	60	10,00	600,00	Joseane Lima de Souza CI: 892559-3 CIC: 529.217.353-34 C/C 8417-4 Agencia; 2953-x Banco do Brasil
TOTAL					2.220,00	

Atenciosamente,

Noche

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CRIANÇA E
ASSISTÊNCIA SOCIAL**



Rede Amiga em Ação

Julho de 2001

SUMÁRIO

1. Dados sobre o Projeto.....	3
2. Dados sobre a Instituição.....	5
3. A Rede Amiga da Criança.....	6
4. Justificativa.....	7
5. Objetivo Geral	9
6. Objetivos Específicos/Metas	9
7. Cronograma de Execução.....	14
8. Projetos na Linha de Estudos e Pesquisas	20
9. Orçamento/Cronograma de Desembolso.....	22
10. Orçamento Geral / Cronograma de Desembolso	35
11. Monitoramento e Avaliação.....	36
12. Entidades Parceiras	36

1. Dados sobre o Projeto

Nome: REDE AMIGA EM AÇÃO

Endereço: Rua da Saavedra, 147 - Centro - São Luis - Maranhão

Período de Implementação: agosto/2001 a julho/2002

Duração: 12 meses

Público alvo: crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social (especialmente em situação de rua, violentados sexualmente e no mundo do trabalho) e institucionalizados, suas famílias e seus educadores.

Área de cobertura

Município de São Luis, capital do Estado do Maranhão.

Descrição sumária

O presente projeto potencializa um conjunto de iniciativas articuladas, integrantes da Rede Amiga da Criança, sem personalidade jurídica, com foco temático em trabalho infantil, violência sexual, convivência familiar e comunitária e cidadania do adolescente.

Articulado em rede, gerido politicamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e administrativamente pela Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS, o projeto será executado por 2 organizações governamentais e 3 não governamentais: Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini - CDMP, Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS, Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC, Lar do Menor Dom Calábria - Projeto Nova Vida e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR.

Os recursos deste projeto, oriundos do UNICEF, integrarão o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA.

O projeto "Rede Amiga em Ação" destaca como principais resultados a atingir:

- Capacitados 100% dos trabalhadores do PETI;
- Educadores preparados e determinados a desenvolver a jornada ampliada, com qualidade, cuidando para garantir 100% de frequência das crianças e adolescentes;
- Reduzido rotatividade dos instrutores/monitores;
- Famílias acompanhando a jornada ampliada e a vida escolar dos filhos;
- Melhoria da convivência familiar das crianças e adolescentes;
- Melhorado desempenho gerencial dos dirigentes das organizações parceiras;
- Famílias melhor preparadas para o mercado de trabalho;
- Efetivado a participação de pelo menos 90% das famílias nas ações de capacitação;
- Adotado um cardápio alimentar na jornada preparado a luz dos valores nutritivos dos alimentos;